

**RELATÓRIO DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR**
23 DE MARÇO DE 2018

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto e Urbanista Luciano Guimarães, publicaremos semanalmente Relatório de Atividade Legislativa de proposições monitoradas pela Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares.

Nº	Identificação	Autor	Ementa	Explicação Ementa	Última Ação	Casa Atual
1	PLS 00279/2016 SF	Romário PODE/RJ	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 para dispor que nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria observando que a definição de projetos e adoção de tipologias construtivas que considerem os princípios do desenho universal.	17/03/2017: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: A Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Regina Sousa, designa o Senador Hélio José relator da matéria. O processado da matéria legislativa permanecerá na Secretaria da Comissão durante o transcurso de sua tramitação, conforme art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 4 de 2015.	Senado Federal



2	PLS 00024/2015 SF	Wilder Morais PP/GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reúso de águas residuais em edificações executadas com recursos da União.	Dispõe sobre a exigência de sistemas de uso de águas pluviais e reúso de águas residuais, em edificações públicas ou privadas a serem executadas com recursos da União. Tipifica entre os crimes contra a administração ambiental a omissão do agente público federal em impor essa obrigação.	10/11/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal
3	PLS 00058/2016 SF	Jorge Viana PT/AC	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio	10/11/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal



			1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.		
--	--	--	--	--	--	--



4	PLS 00191/2013 SF	Wilder Morais PP/GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.	Dispõe que os projetos de novas edificações de propriedade da União deverão prever a instalação de sistemas de aproveitamento de águas de chuva a serem consumidas nas edificações, bem como a utilização de telhados ambientalmente corretos, da forma que define. Estabelece que os requisitos para o aproveitamento de água de chuva de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis são fornecidos pela NBR 15.527 (ABNT, 2007). Dispõe que todo edital de licitação de obras de construção de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aproveitamento de águas de chuvas, bem como a obrigatoriedade da utilização de telhados ambientalmente corretos. Estabelece que as	19/03/2018: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido na Comissão nesta data.	Senado Federal
---	-------------------------	------------------------	--	---	---	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				disposições da Lei não se aplicam quando, por meio de estudo por profissional habilitado, f		
--	--	--	--	---	--	--



5	PEC 00050/2015 SF	Romero Jucá PMDB/RR	Altera o art. 20 da Constituição Federal, para possibilitar a alienação da propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos, e acrescenta ao texto constitucional o art. 168-A para dispor sobre a destinação dos recursos resultantes da alienação.	Altera a Constituição para dispor que a propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos pode ser alienada, na forma que especifica, e que o produto da alienação será destinado ao pagamento de investimentos, de ações estratégicas e despesas inscritas em restos a pagar, vedado, em qualquer caso, o pagamento de despesas de custeio, sem prejuízo da utilização de outras fontes de recursos.	17/02/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Roberto Rocha, para reexame do Relatório.	Senado Federal
6	PEC 00065/2012 SF	Acir Gurgacz PDT/RO	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental; dispõe que a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser	01/12/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de 26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da	Senado Federal



				em face de fato superveniente.	PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012 e 153, de 2015.)	
7	PLS 00087/2016 SF	Raimundo Lira PMDB/PB	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para priorizar o atendimento a estabelecimentos de ensino e de saúde no	Altera a Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da	23/03/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento de audiência da CI, do Senador Romero Jucá. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal



			planejamento e na implantação dos serviços e ações de saneamento básico.	prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal .		
8	PLS 00324/2015 SF	Donizeti Nogueira PT/TO	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.	10/11/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal



9	PLS 00195/2013 SF	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Altera o art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a abertura de processo licitatório para a contratação de obras com valor estimado igual ou superior a cem milhões de reais à elaboração prévia de projeto executivo.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para exigir o projeto executivo prévio nas licitações para contratação de obras com valor estimado superior a 100 milhões de reais.	20/03/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Devolvido ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, por voltar a compor a Comissão em 14/03/2018.	Senado Federal
---	-------------------------	---------------------------------	---	--	---	----------------



10	PLS 00087/2010 SF	Eduardo Azeredo PSDB/MG	Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.	Dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados; define o que é serviço terceirizado; discrimina quais são os requisitos exigidos para o contrato de terceirização, além dos exigidos pela lei civil, bem como os documentos que devem ser apresentados pela contratada; aduz quais são os direitos, deveres e responsabilizações das partes no contrato de terceirização; define que o recolhimento das contribuições previdenciárias no regime de terceirização regulado por esta Lei observará o disposto no art. 31 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 e que o descumprimento do disposto nesta Lei sujeita a empresa infratora ao pagamento de multa administrativa de R\$200,00 (duzentos reais) por empregado prejudicado; esta lei entra em vigor no prazo de 180	13/07/2017: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O presidente da Comissão, senador Tasso Jereissati, designa o senador Ricardo Ferraço relator da matéria. Tramitam em conjunto o PLC 30/2015, PLC 195/2015, PLS 87/2010, PLS 447/2011 e PLS 339/2016.	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------------	---	--	---	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				(cento e oitenta dias) da data de sua publicação		
--	--	--	--	--	--	--



11	PLS 00377/2014 SF	Vanessa Grazziotin PCdoB/AM	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, entre outras providências, para exigir, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, a explicitação de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual.	Acrescenta alínea ao inciso I do § 2º do art. 9º da Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC), para exigir a inclusão, na contratação integrada de obras e serviços de engenharia, de uma "matriz de riscos" no instrumento convocatório e na minuta contratual, em que sejam detalhados os riscos inerentes à consecução do objeto licitado, bem como a repartição prévia das responsabilidades e dos ônus cabíveis a cada uma das partes.	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
12	PLS 00167/2015 SF	Roberto Requião PMDB/PR	Estabelece o estatuto jurídico das empresas estatais, previsto no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, inclusive das empresas estatais de que trata o § 1º do art. 177 da Constituição Federal.	Regulamenta o disposto no art. 173, § 1º, III, da Constituição Federal, estabelecendo estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica, dispendo sobre a licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações.	20/03/2017: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O relator, senador Tasso Jereissati, solicita o reexame da matéria.	Senado Federal



13	PLS 00222/2015 SF	Wilder Morais PP/GO	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais e cria o Cadastro Brasil Eficiente – CBE.	01/03/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador Ataídes Oliveira que solicita a tramitação conjunta da matéria com o PLS 538/2011. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
14	PLS 00011/2014 SF	Flexa Ribeiro PSDB/PA	Acrescenta o art. 7º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar o uso de tabelas de referência na fixação dos custos unitários máximos nos orçamentos de obras e serviços de engenharia contratados pela Administração Pública.	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para dispor sobre os custos unitários das obras e serviços de engenharia contratados por órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou com recursos dos Orçamentos da União. Altera o mesmo diploma legislativo para estabelecer que, para os fins da lei, o Projeto Básico deverá conter a anotação de responsabilidade técnica pelo orçamento detalhado,	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal



				o qual deverá ser compatível com os custos do sistema de referência, na forma da lei.		
15	PLS 00447/2012 SF	Acir Gurgacz PDT/RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Acrescenta § 2º, renomeando o atual parágrafo único como § 1º, ao art. 8º da Lei 8.666/93 (regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), para vedar, após o início da execução de obra, a suspensão ou cancelamento por razões	06/02/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				preexistentes à aprovação do projeto básico.		
--	--	--	--	--	--	--



16	PLS 00444/2013 SF	Paulo Bauer PSDB/SC	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.	Altera a Lei nº 8987/95 – que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências – para estabelecer novas definições para: a) poder concedente; b) concessão de serviço público; c) concessão de obra pública; d) obra pública; determina que a concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública seja formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos da presente Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação; estabelece que a concessão de obra pública ou de serviço público precedido da execução de obra pública ocorrerá atendidas as condições que especifica; determina que toda concessão de obra pública ou de serviço	23/03/2017: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O presidente da Comissão, senador Tasso Jereissati, designa o senador Romero Jucá relator da matéria.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	--	---	---	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				público, precedida ou não da exec		
--	--	--	--	-----------------------------------	--	--



17	PLS 00554/2013 SF	Pedro Taques PDT/MT	Altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	Altera o inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", dispondo que nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: funcionalidade e adequação ao interesse público, com especial atenção, quando for o caso, às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	---	--	---	----------------



18	PLS 00271/2012 SF	Lobão Filho PMDB/MA	Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em obras, serviços ou compras.	Altera a Lei nº 8.666/1993 no que tange à alteração nos contratos regidos por esta Lei, para dispor que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato.	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	---	--	---	-------------------



19	PLS 00513/2011 SF	Vicentinho Alves PR/TO	Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.	Institui normas gerais para a contratação de PPP, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a construção e administração de estabelecimentos penais; prevê no art. 2º que a parceria público privada para os estabelecimentos penais poderá abranger condenados e provisórios, submetidos a qualquer regime de pena; prevê nos arts 3º, 4º e 5º que a PPP é um contrato de concessão administrativa que deverá ser precedida de licitação; as diretrizes na contratação da PPP; e que os cargos de diretor e vice-diretor do estabelecimento penal serão ocupados por servidores públicos de carreira, respectivamente; prevê no art. 6º que o concessionário disponibilizará e manterá para os presos assistência jurídica; acompanhamento	24/11/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Paulo Paim.	Senado Federal
----	-------------------------	---------------------------	---	---	--	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				médico, odontológico e nutricional; programas de		
--	--	--	--	--	--	--



20	PLS 00538/2011 SF	Ataídes Oliveira PSDB/TO	Altera os arts. 2º e 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências.	Altera a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para criar a Carteira de Projetos da Administração Pública, estabelecer medidas de controle das obras públicas e adotar outras providências; define como projetos não adequadamente atendidos as obras suspensas cautelarmente pelos tribunais ou conselhos de contas e as obras em relação às quais, por determinação da comissão do respectivo Poder Legislativo encarregada de examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei dos orçamentos, vigore suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou	07/11/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido, às 16h16min, pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	--------------------------------	---	---	--	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				de etapa, parcela, trecho ou subtrecho.		
--	--	--	--	---	--	--



21	PLS 00604/2015 SF	José Serra PSDB/SP	Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo.	Altera a Lei 8.666/1993 para atualizar os valores limites das modalidades de licitações, sendo, para obras e serviços de engenharia: convite até R\$ 450.000,00; tomada de preços até R\$ 4.500.000,00; concorrência - acima de R\$ 4.500.000,00; e para compras e serviços: convite até R\$ 240.000,00; tomada de preços até R\$ 1.950.000,00; e concorrência acima de R\$ 1.950.000,00.	07/12/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Devolvido pelo Senador Romero Jucá, mantendo o voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------	---	---	--	----------------



22	PLS 00056/2012 SF	Pedro Taques PDT/MT	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	Estabelece, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na contratação de obras públicas, aplicando-se à União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, inclusive autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem exclusão dos princípios e normas gerais contidos nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02 (art. 1º e 2º); define sobrepreço, superfaturamento, jogo de planilha (art. 3º); estabelece de forma clara e objetiva as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o projeto básico de obra ou serviço de engenharia, define empreitada por preço global e o que o contrato firmado por essa	13/02/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria retirada de pauta para redistribuição, em virtude de o Senador Alvaro Dias deixar de compor esta Comissão em 9/2/2017.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	---	---	---	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				modalidade deverá conter, define a empreitada por preço		
--	--	--	--	---	--	--



23	PEC 00014/2015 SF	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	05/10/2017: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Primeira sessão de discussão, em primeiro turno. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------------	---------------------------------	---	--	---	----------------



24	PLS 00118/2012 SF	Lúcia Vânia PSB/GO	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	Altera a Lei 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", no art. 40 para que o edital licitatório indique, obrigatoriamente, no caso de obras e de serviços de engenharia, a definição das informações referentes aos estágios dos cronogramas físico e financeiro, aptas a permitir que se afirmem objetivamente os respectivos andamentos, constituindo obrigação contratual o seu fornecimento ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público, e a definição da periodicidade, nunca superior a 1 (um) ano, em que deverão ser prestadas pelo contratado estas	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------	--	--	---	-------------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				informações; define como cláusulas necessárias em		
--	--	--	--	---	--	--



25	VET 00005/2018 SF	Presidência da República	Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2017- Complementar (nº 171/2015-Complementar, na Casa de origem), que "Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert- SN)".		05/03/2018: SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Situação: SOBRESTANDO A PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL Ação: A matéria passa a sobrestar a pauta das sessões conjuntas do Congresso Nacional a partir de 4-3- 2018 e será incluída na Ordem do Dia da sessão imediate nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------------	---	--	---	-------------------



26	PLS 00066/2014 SF	Paulo Bauer PSDB/SC	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos. Redefine a limitação por meio de nova redação ao inciso III do art. 4º passando da redação dada pela Lei 10.932, de 2004, segundo a qual “III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;” para: “III - serão reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir	20/03/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Matéria não apreciada por não ter sido realizada a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, agendada para o dia 20/3/2018.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	---	---	--	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				a segurança, a saúde e o conforto da população e a		
--	--	--	--	--	--	--



27	PLS 00408/2012 SF	Rodrigo Rollemberg PSB/DF	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Altera a redação do inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766/79 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências), para aumentar, de 15 (quinze) para 30 (trinta) metros, a faixa não edificável dos loteamentos ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	20/03/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Matéria não apreciada por não ter sido realizada a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, agendada para o dia 20/3/2018.	Senado Federal
28	PLS 00015/2015 SF	Ivo Cassol PP/RO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para	Altera a Lei nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida) para exigir nos empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU a adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais.	15/03/2017: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Ação: Anexado, à fl. 17, o ofício SF/1124/2016, da Presidência do Senado Federal, que solicita, nos termos do art. 266 do RISF, o envio da matéria à Secretaria-Geral da Mesa, para dar prosseguimento à tramitação de requerimento de tramitação conjunta. Anexada, à fl. 18, cópia do referido requerimento. À SLSF. Recebido em: PLEN - Comissão de	Senado Federal



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

			determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.		Assuntos Econômicos em 16/03/2017	
--	--	--	---	--	-----------------------------------	--



29	PLS 00196/2016 SF	Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera o art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir que o edital de licitação de obra pública preveja a obrigatoriedade de revisão do cálculo estrutural por consultoria independente.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever a exigência de revisão do cálculo estrutural, bem como de aferição das peças estruturais, previamente à concretagem, por consultoria independente, quando se tratar de licitação de obras públicas que possam expor seus usuários a risco.	16/05/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------------	--	---	---	----------------



30	PLS 00121/2014 SF	Ana Amélia PP/RS	Institui normas gerais sobre segurança contra incêndio e pânico.	Estabelece diretrizes gerais de segurança contra incêndio e pânico, visando à proteção da vida e à redução de danos ao meio ambiente e ao patrimônio. As referidas normas de segurança se aplicam às edificações, às atividades e às áreas de risco, urbanas e rurais, localizadas no território nacional, bem como às construções, às reformas, às ampliações ou às mudanças de atividade ou ocupação de imóveis. Dispõe sobre: a) a classificação das edificações e áreas de risco e das medidas de segurança; b) as exigências e a fiscalização; c) as responsabilidades; d) as penalidades e sua aplicação; e e) os locais de reunião de público. Estabelece que a lei entrará em vigor seis meses após sua publicação.	19/06/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa o Senador Acir Gurgacz Relator da Matéria.	Senado Federal
----	-------------------------	---------------------	--	--	--	-------------------



31	PLS 00269/2016 SF	Hélio José PROS/DF	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de engenharia somente terão	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar obrigatoriedade de existência de projeto executivo de engenharia para lançamento de edital de concorrência de obras e/ou serviços de engenharia; para exigir a obtenção, anterior à licitação, da devida licença ambiental, quando necessária para a realização da obra ou do serviço; para prever a realização de prévio estudo de viabilidade técnico-econômica do objeto de concorrência de obra ou serviço de engenharia, pelo qual se demonstre que contribuirá para o desenvolvimento do país; para exigir que contratos de obras e/ou serviços de engenharia	26/10/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa relator da matéria o Senador Randolfe Rodrigues.	Senado Federal
----	-------------------------	-----------------------	---	---	--	----------------



			<p>início de execução diante de garantia dada pela Administração da disponibilidade dos recursos financeiros necessários, vinculados ao projeto até a sua conclusão; e para determinar ser obrigatória, no caso de obra e/ou serviço de engenharia, a aferição objetiva do cumprimento do objeto contratado, por meio de empresa especializada e independente.</p>	<p>somente terão início de execuç</p>		
--	--	--	--	---------------------------------------	--	--



32	PLS 00441/2017 SF	José Medeiros PODE/MT	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a paralisação de obras públicas.	Altera a Lei de Licitações para estabelecer situações em que será admitida a paralisação de obras públicas quando constatada alguma irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual.	29/11/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
33	PLS 00317/2015 SF	Dário Berger PMDB/SC	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para a utilização em atividades que não necessitem de água potável.	Torna obrigatória a instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção e reforma de prédios públicos.	14/03/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido na Comissão, nesta data. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal



34	PLS 00426/2013 SF	Alvaro Dias PODE/PR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inc. XXI, da CF/88, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para instituir Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); estabelece que o concurso que tiver por objeto a seleção de estudos, investigações, levantamentos ou projetos a serem utilizados na preparação de concessão comum, patrocinada ou administrativa poderá ser realizado sob a forma de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); elenca informações que devem constar do edital do PMI; determina que o valor máximo de eventual remuneração pelo conjunto de estudos, investigações, levantamentos ou projetos não poderá ultrapassar 2,5% do valor total estimado dos	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	--	---	---	-------------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				investimentos necessários à implementação da respectiva co		
--	--	--	--	--	--	--



35	PLS 00629/2015 SF	Cristovam Buarque PPS/DF	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, para incluir obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	Inclui obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	09/06/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Walter Pinheiro deixar de compor esta Comissão para assumir o cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.	Senado Federal
36	PLS 00292/2016 SF	Eduardo Amorim PSDB/SE	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o diploma aos concluintes das disciplinas de cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil.	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para assegurar o diploma aos concluintes dos cursos de graduação oferecidos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, independentemente do resultado da defesa do trabalho de conclusão do curso.	21/06/2017: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Antonio Anastasia, para emitir Relatório.	Senado Federal



37	PLS 00091/2014 SF	Alvaro Dias PODE/PR	Dá nova redação, acrescentando parágrafos, ao art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que nenhuma licitação pode ser iniciada sem que os respectivos projetos básico e executivo estejam plenamente atendidos em todos os seus requisitos e atestados por parecer jurídico do órgão responsável pelo processo licitatório que comprove tal regularidade; estabelece que o não cumprimento da regra acima referida sujeita o dirigente do órgão responsável pelo processo licitatório a responder pelo crime de responsabilidade.	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	--	---	---	----------------



38	PLS 00496/2011 SF	Vital do Rêgo PMDB/PB	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo anteriormente à abertura de licitações para a contratação de obras e serviços.	Altera a Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, a fim de: a) tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo antes da realização da abertura de licitações para a contratação de obras e serviços; b) reduzir os percentuais aplicáveis como limites ao valor dos termos aditivos - de 25% para 10% do total do contrato no caso de obras, serviços de engenharia; de 50% para 25% no caso de reforma de edifício ou equipamento; e de 25% para 5% no caso de compras; estabelece que a lei entrará em vigor decorridos 180 dias de sua publicação oficial.	10/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Aloysio Nunes Ferreira ter deixado de compor esta Comissão em 09/03/2017, para assumir cargo no Poder Executivo (of.98/2017-GLPSDB).	Senado Federal
----	-------------------------	--------------------------	--	--	---	----------------



39	PLS 00700/2015 SF	Roberto Rocha PSB/MA	Dispõe sobre a observância, no âmbito nacional, de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) quando da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.462/2011 (que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC) para determinar a observância de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	04/11/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
40	PLS 00252/2014 SF	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.	Determina que a adoção de práticas de construção sustentável será observada como diretriz na execução da política urbana e no tocante às edificações de propriedade da União, compreendendo a implantação de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reutilização de água.	20/03/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: APROVADO O SUBSTITUTIVO Ação: Aprovado o Substitutivo - Emenda nº 2-CMA. À Câmara dos Deputados. Recebido em: SEXPE - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal



41	PEC 00013/2014 SF	Aloysio Nunes Ferreira PSDB/SP	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Altera a Constituição Federal para dispor sobre a criação e a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	09/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, às 17h30, o relatório do Senador Ronaldo Caiado, com voto favorável à Proposta com a emenda que apresenta.	Senado Federal
42	PLS 00550/2011 SF	Walter Pinheiro S/Partido/BA	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	Altera a Lei Complementar nº 103/2000 para dispor que o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior não será fixado em valor inferior a R\$ 1.635,00 (mil e seiscentos e trinta e cinco reais), a partir da data da publicação desta Lei Complementar, sendo que o valor será reajustado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela variação integral anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE. Assunto: Educação - Social	23/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Juntei, de ordem da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Ofício nº 694 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), de 17/3/2017, com manifestação sobre a matéria (fls. 14 e 15).	Senado Federal



43	PLS 00401/2013 SF	Aloysio Nunes Ferreira PSDB/SP	Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer como anexo do edital de licitação no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental, a licença exigida pela legislação aplicável para a sua instalação.	22/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e devolvida ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para reexame do Relatório.	Senado Federal
44	PDS 00151/2014 SF	Comissão de Meio Ambiente	Susta, por exorbitar do poder regulamentar, o art. 1º, item 16, da Resolução 417/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos arts. 59 e 60 da Lei 5.194/1966.		19/01/2015: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.	Senado Federal



45	PLS 00396/2014 SF	Wilder Morais PP/GO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor.	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, para dispor que o plano diretor deverá conter a delimitação das áreas verdes urbanas, previstas no art. 3º, inciso XX, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, bem como a delimitação das áreas urbanas a serem reflorestadas.	08/09/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; e 58/2016, com os PLCS nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF.	Senado Federal
46	PLS 00443/2013 SF	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977/2009 (Minha Casa Minha Vida), para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos, equivalente a pelo menos uma árvore por unidade habitacional.	27/04/2017: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Matéria devolvida ao relator para reexame, em virtude da vigência da Medida Provisória nº 759, de 2016, que altera dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de Julho de	Senado Federal



			de árvores nos conjuntos habitacionais.		2009. Anexado às fls. 19 a 25 o relatório apresentado.	
47	PLS 00189/2015 SF	Randolfe Rodrigues REDE/AP	Dispõe sobre a denominação e a red denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços, monumentos públicos, exigindo que seja estabelecida por lei, atestada a alta relevância histórico-cultural pelo órgão de preservação do patrimônio histórico-cultural da União ou dos demais entes federativos.	20/10/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 19h03min. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal



48	PLS 00217/2014 SF	Romero Jucá PMDB/RR	Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Inclui os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	22/03/2018: SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 147, de 2108, do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em definitivo, da matéria. O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente. Recebido em: PLEN - Secretaria de Atas e Diários em	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	--	--	--	----------------



49	PLS 00745/2015 SF	Wilder Morais PP/GO	Altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade); nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental.	Altera as Leis nº 10.257/01, Estatuto da Cidade; nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977/09, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427/96, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438/02, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental. Qualifica como improbidade administrativa o fornecimento de energia elétrica a assentamento irregular para o qual não haja projeto de regularização fundiária aprovado.	05/09/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de Requerimento do Senador José Pimentel, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 65 de 2014; 396 de 2014; 15 de 2015; 51 de 2015; 667 de 2015; 745 de 2015 e 58 de 2016; com os Projetos de Lei da Câmara (PLC) nºs 56 de 2014; 109 de 2014; 16 de 2016; e 17 de 2016; por versarem sobre matérias correlatas.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	---	---	---	----------------



50	PLS 00753/2015 SF	Lídice da Mata PSB/BA	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso.	Altera a Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso	10/11/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal
51	PEC 00053/2007 SF	Almeida Lima PMDB/SE	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscimos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Determina, a partir das áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	10/11/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Ricardo Ferraço deixar de compor esta Comissão em 09/11/2017. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e 56, de 2009)	Senado Federal



52	PEC 00056/2009 SF	Marcelo Crivella PRB/RJ	Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscimos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.	Estabelece competência à União de autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscimos, nos termos do inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários, mediante pagamento de valor equivalente à parcela do domínio detida pelo Poder Público, nos termos da lei.	10/11/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Ricardo Ferraço deixar de compor esta Comissão em 09/11/2017. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e 56, de 2009)	Senado Federal
53	PLS 00013/2015 SF	Humberto Costa PT/PE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Altera as Leis nºs 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, como água de chuva e reúso de água.	20/10/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 779, de 2016, da Senadora Lídice da Mata, de tramitação conjunta dos PLS nºs 13, 51 e 108, de 2015.	Senado Federal



54	PLS 00531/2015 SF	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Disciplina a profissão de Agroecólogo.	Regulamenta a profissão de Agroecólogo.	19/03/2018: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta data, na secretaria da CMA. Matéria aguardando designação de relatoria.	Senado Federal
55	PLS 00654/2015 SF	Romero Jucá PMDB/RR	Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.	Cria o licenciamento ambiental especial, procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura estratégicos.	21/03/2018: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: A Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Regina Sousa, designa o Senador Paulo Paim relator da matéria. Ao Gabinete do Senador Paulo Paim.	Senado Federal



56	PLS 00065/2014 SF	Paulo Bauer PSDB/SC	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.	Altera a Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da cidade – para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos. Institui a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres. Define consórcio imobiliário e estabelece que deverão ser adquiridos pelo fundo específico todos os direitos reais ou possessórios incidentes sobre os imóveis, públicos e privados, localizados na área de abrangência do plano. Dispõe que o fundo específico atuará por delegação do Poder Público municipal e será gerido por instituição administradora selecionada mediante licitação. Estabelece que o fundo específico reger-se-á subsidiariamente pela Lei nº 8.668/1993. Define	09/03/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	---	--	---	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				que o Poder Público poderá, independentemente d		
--	--	--	--	---	--	--



57	PLS 00398/2014 SF	Comissão de Serviços de Infraestrutura	Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal.	Determina que os processos de outorga de pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira sejam encaminhados ao Conselho de Defesa Nacional para emitir opinião quanto aos aspectos atinentes à segurança nacional.	13/03/2018: CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Ação: Matéria constante da Pauta da 6ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, agendada para o dia 15/03/2018.	Senado Federal
----	-------------------------	--	--	--	--	-------------------



58	PLS 00123/2012 SF	Jorge Viana PT/AC	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências.	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências; institui a figura jurídica da Área Rural Consolidada, definida como área de imóvel rural com ocupação antrópica pré-existente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvipastoris; estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei; dispõe que durante o processo de regularização ambiental, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008,	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	----------------------	--	--	---	-------------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				relativas à supressão irregular de vegetação		
--	--	--	--	--	--	--



59	PLS 00382/2011 SF	Vital do Rêgo PMDB/PB	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida; estabelece que os shopping centers terão obrigatoriamente em sua área de lazer, além de brinquedos comuns, outros adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.	13/12/2017: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Ação: Matéria constante da Pauta da 105ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 14/12/2017. ***** Retificado em 14/12/2017***** Acrescenta-se a seguinte informação: a 105ª Reunião foi agendada e aberta no dia 13/12/2017. Em seguida suspensa e reagendada para o dia 14/12/2017.	Senado Federal
60	PLS 00208/2015 SF	Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº 6.766, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos.	Altera a Lei nº 6.766/1979 (Lei de Loteamento e Parcelamento do Solo) e a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos, estabelecendo que em um imóvel pode haver lotes de propriedade exclusiva e utilização independente. As servidões de direito	13/02/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Devolvido pela Senadora Ana Amélia para redistribuição, por ter deixado de compor esta Comissão em 09/02/2017	Senado Federal



				público passam a integrar o domínio do Município desde o registro do loteamento.		
61	PLS 00667/2015 SF	Reguffe S/Partido/DF	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.	Altera o Estatuto da Cidade, para redefinir o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo incluir obrigatoriamente diretrizes para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação.	09/09/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal



62	PLS 00304/2015 SF	Davi Alcolumbre DEM/AP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de "Terraço Verde" nos locais que especifica e dá outras providências.	Dispõe que as edificações com mais de três pavimentos, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, adotarão sistema de cobertura mediante a aplicação de vegetação capaz de absorver o escoamento superficial das águas pluviais e diminuir as ilhas de calor (Terraço Verde), observadas as condições e prescrições técnicas que estabelece.	19/03/2018: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido na Comissão nesta data.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------------	---	---	---	----------------



63	PLS 00051/2015 SF	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.	Altera os arts. 3º, 5º, 19 e 45, e acrescenta o art. 45-A à Lei nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico), e altera o art. 40 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para regular o abastecimento de água por fontes alternativas, tais como água de reúso e água de chuva, determinando sua inclusão em plano diretor e plano de saneamento básico, bem como excepcionando a exclusividade no abastecimento de água pela rede pública.	10/11/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário.	Senado Federal
----	-------------------------	---------------------------------	--	--	---	----------------



64	PDS 00085/2015 SF	Nelson Marquezelli PTB	Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.		14/03/2018: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O relator, senador Paulo Rocha, solicita o reexame da matéria.	Senado Federal
65	PLS 00268/2016 SF	Telmário Mota PTB/RR	Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.	Exige prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, nas contratações de obras, serviços e compras, que deverá observar o limite mínimo de 25% do valor do contrato, podendo alcançar até o seu valor integral, a critério da autoridade competente.	13/07/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal



66	PLS 00011/2015 SF	José Medeiros PODE/MT	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Permite a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	08/03/2018: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: À relatora, senadora Simone Tebet, para prosseguimento da tramitação.	Senado Federal
67	PLS 00280/2017 SF	Antonio Anastasia PSDB/MG	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a particulares.	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação a particulares do serviço público de fiscalização administrativa, autorizado por lei especial.	07/02/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Na 1ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 2, de 2018-CCJ, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria (fls. 48 e 49).	Senado Federal



68	PLS 00274/2016 SF	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade segurado setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para estabelecer o limite de cobertura do seguro garantia em 100% (cem por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências.	Regulamenta a obrigatoriedade de contratação de seguro garantia pelo tomador em favor da Administração Pública, em contratos públicos com valor global igual ou superior a dez milhões de reais, cobrindo a totalidade do valor do contrato, estabelecendo critérios objetivos para orientar a atuação dos administradores públicos perante os tomadores e as seguradoras, de modo a limitar a possibilidade de corrupção e de manipulação de preços.	10/07/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa Relator da matéria o Senador Wilder Moraes.	Senado Federal
69	PLS 00037/2011 SF	Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100	Altera o art. 16 da Lei 9.427/1996 para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a substituírem as redes aéreas de distribuição de energia elétrica por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 habitantes.	28/03/2017: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Nesta data, na 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, é lido e aprovado o RQI Nº 5, de 2017, de autoria do Senador Elmano Férrer, que solicita audiência	Senado Federal



			mil habitantes e dá outras providências.		pública para instruir o PLS nº 37, de 2011.	
70	PLS 00193/2013 SF	Pedro Taques PDT/MT	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Altera a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, para determinar que também subordinam-se ao regime desta Lei a Ordem dos Advogados do Brasil e os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal



71	PLS 00099/2013 SF	Acir Gurgacz PDT/RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Altera a Lei nº 8666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que, uma vez iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	30/09/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 16h39min. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	---	---	--	----------------



72	PLS 00465/2012 SF	Valdir Raupp PMDB/RO	Altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais.	Modifica a Lei nº 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para revisar diversos aspectos da Lei de Direitos Autorais; estabelece que os serviços de registro deverão divulgar, a pedido de qualquer interessado e mesmo sem prova de legítimo interesse, os nomes dos titulares de direitos da obra registrada, bem como o prazo de vigência da proteção conferida a tais direitos; dispõe que o autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o preço praticado em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais; define que a obra intelectual realizada por empregado ou comissário poderá ser utilizada pelo empregador ou comitente, em caráter	01/09/2015: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Na 41ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Randolfe Rodrigues, atendendo a pedido.	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------	---	--	---	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				temporário ou permanente, sem ônus, sempr		
--	--	--	--	---	--	--



73	PLS 00049/2014 SF	Inácio Arruda PCdoB/CE	Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.	Altera a Lei nº 11.904/09 – que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências – para estabelecer que o acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Brasileiro de Museus é gratuito aos estudantes de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda.	11/12/2017: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido às 16h31 Relatório reformulado pelo Senador Hélio José, com voto pela aprovação do Projeto.	Senado Federal
----	-------------------------	---------------------------	---	--	--	----------------



74	PLS 00236/2012 SF	José Sarney PMDB/AP	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo dividido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70); VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolu	06/11/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Na 48ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, é realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimento nº 81, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, com a presença dos seguintes convidados: EMANUEL QUEIROZ RANGEL, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, representante do senhor ANTONIO JOSÉ MAFFEZOLI LEITE, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – Anadep; CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF; RAIMUNDO ANTONIO PALMEIRA DE	Senado Federal
----	-------------------------	------------------------	-------------------------------------	--	--	----------------



						<p>ARAUJO, Conselheiro Federal e Secretário da Comissão Especial de Estudo do Direito Penal da OAB, representante do senhor CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO, Desembargador do TJMG, representante do senhor JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO, Vice-Presidente da CONAMP, representante da senhora NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; e ROBERTO CARVALHO VELOSO, Presidente da Associação</p>
--	--	--	--	--	--	--



					<p>dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe. Justificaram a ausência o senhor JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; e o senhor RODOLFO QUEIROZ LATERZA, Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil – Fendepol. Usam da palavra os Senadores Edison Lobão e o Senador Antonio Anastasia, Presidente em exercício da CCJ. (Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675,</p>	
--	--	--	--	--	--	--



					<p>676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013). (Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015).</p>	
--	--	--	--	--	---	--



75	PLS 00057/2017 SF	Airton Sandoval Santana PMDB/SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre as operações urbanas consorciadas.	Aperfeiçoa o modelo institucional da operação urbana consorciada, criada pelo Estatuto da Cidade, pelo meio da qual são emitidos os chamados certificados de potencial adicional de construção (CEPAC), que financiam obras e investimentos necessários para a recuperação de áreas degradadas, sem a necessidade de onerar o orçamento público.	24/03/2017: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
76	PEC 00061/2015 SF	Gleisi Hoffmann PT/PR	Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.	Acrescenta os §§ 19 e 20 ao art. 166 da Constituição Federal, para permitir que emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual aloquem recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, indicando o ente federativo a ser beneficiado. Os recursos serão repassados independentemente de convênio.	07/02/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Votação, em primeiro turno. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal



77	PLS 00253/2016 SF	Telmário Mota PTB/RR	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	22/03/2018: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Ação: Matéria constante da Pauta da 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, agendada para o dia 27/03/2018.	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------	---	---	--	----------------



78	PLS 00368/2012 SF	Ana Amélia PP/RS	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no § 9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da	11/10/2017: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Relatoria do senador Roberto Rocha encerrada por seu desligamento da comissão.	Senado Federal
----	-------------------------	---------------------	--	--	---	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				mencionada Lei, no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímet		
--	--	--	--	---	--	--



79	PEC 00071/2013 SF	Ricardo Ferraço PSDB/ES	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos, com exceção das áreas localizadas em ilhas costeiras, sede de Municípios.	14/06/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do dia. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------------	-------------------------------	--	--	--	----------------



80	PLS 00465/2016 SF	Lindbergh Farias PT/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências	Altera a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como as Leis nº 6.015/1973, 11.952/2009, 11.483/2007, 6.766/1979, 10.931/2004 e 12.024/2009, para estabelecer adequações operacionais no Programa, determinar a distribuição regional de recursos proporcionalmente ao déficit habitacional, prever instalação de unidades comerciais, modificar aspectos de regularização fundiária, fixar procedimentos de registro de imóveis e alterar o regime de pagamento unificado de tributos pelas construtoras contratadas, abrangendo projetos de construção mista, com unidades habitacionais e comerciais.	19/12/2017: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, designa o Senador Eduardo Amorim relator do PLS 465/2016.	Senado Federal
----	-------------------------	---------------------------	---	---	--	----------------



81	PEC 00153/2015 SF	Raimundo Lira PMDB/PB	Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do poder público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que para efetivar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público promover práticas e adotar critérios de sustentabilidade, em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho, bem como na aquisição de bens e contratação de serviços e obras.	01/12/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 154/2016-PRES-CAU/GO, de 26/10/2016, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 381 a 384 da PEC nº 65, de 2012). (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012 e 153, de 2015.)	Senado Federal
82	MPV 00818/2018 CD	Presidência da República	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.	Propõe a ampliação do prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.	14/03/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados A Comissão é instalada, sendo eleita a Senadora Marta Suplicy para Presidente; e designado Relator o Deputado Fausto Pinato.	Senado Federal



83	MPV 00817/2018 CD	Poder Executivo	Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.	05/01/2018: CN - CONGRESSO NACIONAL Prazo para Emendas: 02/02/2018 a 07/02/2018. Comissão Mista: * Câmara dos Deputados: até 01/03/2018. Senado Federal: 02/03/2018 a 15/03/2018. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 16/03/2018 a 18/03/2018. Sobrestar Pauta: a partir de 19/03/2018. Congresso Nacional: 02/02/2018 a 02/04/2018. Prorrogação pelo Congresso Nacional: *Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).
----	-------------------------	--------------------	---	--



84	PDC 00054/2015 CD	Luiz Carlos Haully PSDB/PR	Susta os efeitos do Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015 que Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.		08/12/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS)	Câmara dos Deputados
85	PDC 00733/2017 CD	Orlando Silva PCdoB/SP	Susta a Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017, republicada em 21 de junho de 2017, do Ministério da Educação, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.		24/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/08/17 PÁG 313 COL 01.	Câmara dos Deputados
86	PDC 00707/2017 CD	Paulo Teixeira PT/SP	Susta o Decreto 9.076, de 7 de junho de 2017, que dispôs sobre a Conferência Nacional da Cidades.		14/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de	Câmara dos Deputados



					Desenvolvimento Urbano publicado no DCD de 15/12/2017, Letra A.	
87	PDC 00901/2018 CD	Ricardo Izar PP/SP	Susta os efeitos da Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013, editada pelo Conselho Arquitetura e Urbanismo - CAU.		20/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo n. 901/2018, pelo Deputado Ricardo Izar (PP-SP), que: "Susta os efeitos da Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013, editada pelo Conselho Arquitetura e Urbanismo - CAU".	Câmara dos Deputados



88	PEC 00285/2008 CD	Paulo Teixeira PT/SP	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.	Conhecida como " PEC da Habitação " .	19/08/2015: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2754/2015, pelo Deputado Marcos Abrão (PPS-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2008, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social" .	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	-------------------------	---	---------------------------------------	--	----------------------



89	PEC 00185/2003 CD	Pedro Henry PP/MT	Dá nova redação ao inciso XIII do art. 5º, XXIV do art. 21, IX do art. 103 e XII do art. 109 da Constituição Federal e dá outras providências.	Inclui os Conselhos de Fiscalização Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas.	19/03/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-994/2015.	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	----------------------	--	---	---	----------------------



90	PEC 00016/2015 CD	Heráclito Fortes PSB/PI	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e dá outras providências.	Estabelece que os bens públicos definidos como terrenos de marinha e seus acréscidos passarão a integrar o patrimônio dos Municípios.	30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	----------------------------	---	---	---	----------------------



91	PEC 00027/2015 CD	Cesar Souza PSD/SC	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir os terrenos de marinha e seus acréscidos e dá outras providências.		30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	-----------------------	--	--	---	----------------------



92	PEC 00030/2015 CD	Lelo Coimbra PMDB/ES	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	-------------------------	--	---	----------------------



93	PEC 00039/2011 CD	Arnaldo Jordy PPS/PA	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		13/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 8236/2018, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas, que: "Requer a prorrogação de prazo da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que 'revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o	Câmara dos Deputados
----	-------------------------	-------------------------	--	--	---	----------------------



					<p>§ 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis', e apensadas".</p>	
--	--	--	--	--	---	--



94	PEC 00085/2015 CD	Alan Rick PRB/AC	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a acessibilidade e a mobilidade urbana no rol dos direitos sociais.		16/06/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 17/06/17 PÁG 115 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
95	PEC 00326/2017 CD	Laudivio Carvalho SD/MG	Altera o §1º, do art.182 da Constituição Federal, tornando obrigatória a elaboração do Plano Diretor para as cidades.		01/08/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE)	Câmara dos Deputados
96	PL 07903/2017 CD	Francisco Floriano DEM/RJ	"Dispõe sobre a utilização parcial de água de reuso para fins não potáveis pelo Poder Público Federal".		03/07/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS.	Câmara dos Deputados
97	PL 07750/2017 CD	Aureo SD/RJ	Dispõe sobre a utilização do símbolo internacional de acessibilidade; modifica a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e dá outras providências.		29/06/2017: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



98	PL 09186/2017 CD	Valdir Colatto PMDB/SC	Altera o art. 36 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para modificar a destinação de receitas arrecadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, e dá outras providências.		22/12/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
99	PL 07841/2014 CD	Roberto Requião PMDB/PR	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	Altera a Lei nº 9394/96 - que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação - para determinar que os diplomas de cursos de graduação, Mestrado ou Doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento automático; estabelece que o Poder Público divulgará, periodicamente, a lista de cursos e instituições acima referidas.	29/05/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Deferido o Requerimento n. 6.461/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro o Requerimento n. 6.461/2017. Desapense-se o Projeto de Lei n. 4.067/2015 do Projeto de Lei n. 7.841/2014, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 4.067/2015: à CSSF, à CE, à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões - art. 24, II, do RICD. Regime de tramitação: Prioridade.]".	Câmara dos Deputados



100	PL 05765/2016 CD	Iracema Portella PP/PI	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a reserva de percentual da mão de obra destinada ao cumprimento de contratos celebrados com a Administração Pública a estudantes universitários e estudantes de cursos técnicos profissionalizantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.		07/02/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
101	PL 06560/2016 CD	Eduardo Barbosa - PSDB/MG	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a formação do profissional de Engenharia de Segurança do Trabalho.		13/12/2016: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
102	PL 07067/2017 CD	João Rodrigues PSD/SC	Altera a Lei de Execução Penal para permitir que o detendo ou ente da iniciativa privada faça reformas nos estabelecimentos prisionais	Altera a Lei nº 7.210, de 1984.	17/07/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado Publicado em avulso e no DCD de 18/07/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados



103	PL 06779/2016 CD	Mariana Carvalho PSDB/RO	Institui o programa de apadrinhamento de espaços públicos.		13/06/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Aprovado o Requerimento de Retirada de pauta do Deputado Leopoldo Meyer.	Câmara dos Deputados
104	PL 08474/2017 CD	Rogério Silva PMDB/MT	Altera a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", para alterar os valores limites das modalidades licitatórias.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados
105	PL 04819/2016 CD	Edinho Bez PMDB/SC	Dispõe sobre o trabalho de caráter solidário ou comunitário prestado por profissionais vinculados a conselhos de fiscalização profissional.		15/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em	Câmara dos Deputados



					avulso e no DCD de 16/08/17 PÁG 667 COL 01, Letra A.	
106	PL 02018/2011 CD	Inocência Oliveira PR/PE	Dispõe sobre a vedação da cobrança de mais de uma anuidade aos inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina.		11/09/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 12/09/17 PÁG 211 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
107	PL 08970/2017 CD	Julio Lopes PP/RJ	Dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos.	Altera as Leis nº 6.015 de 1973; nº8.666 de 1993; nº 8.934 de 1994; nº 9.099 de 1995.	05/03/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/03/2018.	Câmara dos Deputados



108	PL 09011/2017 CD	Miguel Haddad PSDB/SP	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 - Estatuto da Metrópole, para estabelecer novo prazo para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, e dispõe sobre critérios de realização de audiências públicas durante o processo de sua elaboração. Altera, ainda, a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estipular novo prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.		01/03/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-9610/2018.	Câmara dos Deputados
109	PL 00127/2015 CD	João Fernando Coutinho PSB/PE	Altera a Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.		12/06/2015: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados



110	PL 01675/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reúso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalem em regiões de baixa precipitação pluviométrica.		14/12/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido ao Relator, Dep. Daniel Vilela (PMDB-GO).	Câmara dos Deputados
111	PL 04108/2015 CD	Marcelo Belinati PP/PR	Altera o texto do caput e do parágrafo único do art. 7º, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da reserva de vagas de estacionamento em condomínios para pessoas com deficiência que importe em dificuldade de locomoção.		07/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
112	PL 00953/2011 CD	Bruna Furlan PSDB/SP	Dispõe sobre o uso de material permeável na pavimentação de estacionamentos abertos.	Asfalto poroso, concreto poroso, blocos de concreto vazado.	06/05/2016: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-1069/2007	Câmara dos Deputados
113	PL 01776/2011 CD	Heuler Cruvinel DEM/GO	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispondo sobre a pavimentação das vias de circulação dos parcelamentos urbanos.		06/02/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-101/2015porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	Câmara dos Deputados



114	PL 06429/2009 CD	José Airton Cirilo PT/CE	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para ampliar o período de garantia das obras de infraestrutura e de pavimentação de estradas e vias urbanas.	Amplia para seis anos o prazo da responsabilidade do empreiteiro sobre obras de pavimentação de estradas e vias urbanas.	23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-1491/1996	Câmara dos Deputados
115	PL 00132/2011 CD	Weliton Prado PT/MG	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para estabelecer como diretriz na pavimentação de vias públicas o emprego de massa asfáltica produzida com borracha de pneus inservíveis.		16/03/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7013/2017.	Câmara dos Deputados



116	PL 07023/2010 CD	Rodvalho PP/DF	Acrescenta parágrafo ao art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, de forma a ampliar para dez anos a garantia das obras de infra-estrutura e pavimentação de estradas e vias urbanas.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6429/2009	Câmara dos Deputados
117	PL 05645/2016 CD	Miguel Haddad PSDB/SP	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Dispõe sobre o quórum para a realização de obra que modifique a fachada em unidade autônoma de condomínio.	28/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



118	PL 02831/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).		29/08/2017: CE - Comissão de Educação Apresentação do Parecer do Relator, PRL 3 CE, pelo Dep. Pedro Fernandes	Câmara dos Deputados
119	PL 06196/2016 CD	Carlos Sampaio PSDB/SP	Inclui dispositivos ao Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.		24/10/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/10/2016.	Câmara dos Deputados
120	PL 06220/2016 CD	Carlos Bezerra PMDB/MT	Modifica os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Amplia a competência dos juizados especiais cíveis para atuar em causas de até sessenta salários mínimos.	21/10/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/10/16 PÁG 42 COL 01.	Câmara dos Deputados



121	PL 06227/2016 CD	Mariana Carvalho PSDB/RO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de aquecimento de água por meio de energia solar e de captação e reaproveitamento de águas pluviais em prédios de propriedade da União, e dá outras providências.		24/10/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/10/2016.	Câmara dos Deputados
122	PL 04162/2015 CD	Marcelo Belinati PP/PR	Acrescenta o parágrafo único no art. 57 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.		13/06/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 14/06/17 PÁG 585 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados



123	PL 01739/2007 CD	Paulo Teixeira PT/SP	Introduz dispositivos sobre a sustentabilidade do ambiente construído na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estabelece a elaboração de plano de sustentabilidade do ambiente construído para municípios com mais de cem mil habitantes que incorpore soluções para projeto, construção e reciclagem das edificações com utilização de materiais sustentáveis, qualidade ambiental, eficiência energética, racionalização de uso da água, impermeabilização do solo.	31/03/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7177/2017.	Câmara dos Deputados
124	PL 04235/2015 CD	Marcelo Belinati PP/PR	Altera o art. 36 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para determinar a obrigatoriedade de EIV (Estudo de Impacto na Vizinhança), nas construções de condomínios edifícios com mais de 80 unidades autônomas, loteamentos e construção ou ampliação de shopping centers e mercados de grande porte, assim entendidos que tiverem área interna acima de 300 m², com o objetivo		05/04/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

			de combater o crescimento urbano desordenado.			
--	--	--	---	--	--	--



125	PL 03637/2015 CD	Acir Gurgacz PDT/RO	Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e da Lei nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano), para determinar a observação da lei de parcelamento do solo urbano quanto aos lotes urbanos de colonização e quanto ao parcelamento de imóveis rurais com formação de imóveis com área inferior à do módulo de propriedade rural, e para afastar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas alterações de uso do solo rural para fins urbanos ou para formação de sítios de recreio.	22/09/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 23/09/16 PÁG 67 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados
-----	------------------------	------------------------	---	--	---	----------------------



126	PL 05858/2013 CD	Senado Federal - Acir Gurgacz PDT/RO	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.		01/07/2013: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remessa Ofício SF nº 1519 de 28/06/13, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 32 a 33).	Câmara dos Deputados
127	PL 02861/2008 CD	Senado Federal - Alvaro Dias PSDB/PR	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.		21/02/2008: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Ofício SF nº 93 de 20/02/08, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 30 a 31).	Câmara dos Deputados
128	PL 06889/2017 CD	Giacobo PR/PR	Acrescenta os artigos 5-A, 5-B e incisos I e II à Lei nº	Trata da competência do Conselho Federal e dos	08/12/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço	Câmara dos Deputados



			9,696, de 1 de setembro de 1998.	Conselhos Regionais de Educação Física.	Público Recebimento pela CTASP.	
129	PL 05561/2016 CD	Professor Sérgio de Oliveira PSD/PR	Cria mecanismo de compensação para empresas e instituições prejudicadas por motivos de obras públicas.		28/09/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES).	Câmara dos Deputados
130	PL 05793/2016 CD	Rocha PSDB/AC	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração energia renováveis não convencionais (fonte solar, eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e resíduos sólidos).		05/08/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/08/16 PÁG 53 COL 01.	Câmara dos Deputados
131	PL 05664/2016 CD	Zé Silva SD/MG	Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).		10/07/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



132	PL 05334/2016 CD	Edinho Araújo - PMDB/SP	Altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que "dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências".		10/06/2016: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
133	PL 983/2015 CD	Jhc SD/AL	Determina a obrigatoriedade de registro em vídeo dos procedimentos que especifica, e dá outras providências	Altera a Lei nº 12.462, de 2011. Estabelece que as licitações na Administração Pública deverão ser realizadas sob a forma eletrônica.	23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-3750/2012	Câmara dos Deputados



134	PL 1104/2015 CD	Adail Carneiro PHS/CE	Dispõe sobre a individualização de instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais e nas de uso misto e nos condomínios residenciais, e dá outras providências.		18/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor Publicado em avulso e no DCD de 19/12/17 PÁG 189 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
135	PL 1750/2015 CD	Roberto Sales PRB/RJ	Dispõe sobre a construção de sistemas para captação e armazenamento de água da chuva nas edificações residenciais, comerciais e industriais.		25/08/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL- 8277/2017.	Câmara dos Deputados
136	PL 1491/1996 CD	EDSON EZEQUIEL PDT/RJ	Acrescenta parágrafo único ao art. 69 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".	Estabelece que o contratado responderá pelas obrigações durante cinco anos, a partir da aceitação do objeto do contrato, nos termos do Código Civil, ou nos casos não cobertos ou que não se enquadrem nestes termos, responderá pelo prazo previsto em edital, desde que não superior a cinco anos.	23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento	Câmara dos Deputados



					pela PL129295, apensado ao PL-4161/1993	
137	PL 2772/2015 CD	Delegado Waldir PSDB/GO	Altera os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no sentido de atualizar os valores para acesso aos Juizados Especiais de acordo com a realidade do País.		13/10/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-6220/2016.	Câmara dos Deputados
138	PL 4331/2016 CD	Laura Carneiro PMDB/RJ	Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a garantia do empreiteiro pela solidez e segurança das obras realizadas nos programas habitacionais.		24/05/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7622/2017.	Câmara dos Deputados



139	PL 6108/2016 CD	Francisco Chapadinha PTN/PA	Cria o Fundo Nacional de Incentivo ao Uso da Bicicleta - FUNBIKE, transforma a bicicleta como meio de transporte regular, torna obrigatória a previsão de ciclovias e ciclofaixas na malha viária urbana e dá outras providências.		03/03/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-6876/2017.	Câmara dos Deputados
140	PL 6447/2016 CD	Dagoberto PDT/MS	Altera a Lei n.º 2.848, de 1940 - Código Penal - para tipificar o crime de pichação.		13/09/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-8349/2017	Câmara dos Deputados
141	PL 6497/2016 CD	Ronaldo Benedet PMDB/SC	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para autorizar o município a alterar a destinação das áreas livres de uso comum transferidas para o domínio do município no ato de registro de loteamento, nas condições em que especifica.		14/07/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7963/2017.	Câmara dos Deputados



142	PL 7063/2017 CD	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares PSB/SE	Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.		16/10/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços Publicado em avulso e no DCD de 17/10/17 PÁG 1199 COL 01.VOL I, Letra A.	Câmara dos Deputados
143	PL 7619/2017 CD	Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as irregularidades nas concessões de benefícios fiscais concedidos por aplicação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para promover aperfeiçoamentos no Pronac e em seus mecanismos de promoção do setor da cultura.	Altera a Lei nº 9.532, de 1997.	08/09/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL- 8265/2017.	Câmara dos Deputados



		Apoio à Cultura (Pronac) e de outras providências.				
144	PL 1069/2007 CD	Miguel Martini PHS/MG	Dispõe sobre a contenção de águas de chuvas nas áreas urbanas.		06/05/2016: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-2750/2003	Câmara dos Deputados
145	PL 4755/2009 CD	Luiz Couto PT/PB	Proíbe a realização de cerimônia de inauguração de obra pública cujo produto não possa ser, na data do evento, utilizado pela administração pública ou pelos respectivos usuários.	Proíbe inaugurar obra em construção.	08/12/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-3788/2015.	Câmara dos Deputados
146	PL 8045/2010 CD	Senado Federal - José Sarney PMDB/AP	Código de Processo Penal.	Revoga o Decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os Decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965, 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006.	21/03/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-9768/2018.	Câmara dos Deputados



147	PL 6957/2002 CD	Senado Federal - OSMAR DIAS PDT/PR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para reajustar os valores estimados de contratação pela Administração Pública.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-1292/1995	Câmara dos Deputados
148	PL 7499/2014 CD	Heuler Cruvinel PSD/GO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de junho de 2009, obrigando à instalação dos equipamentos que especifica nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV		17/08/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8115/2017.	Câmara dos Deputados
149	PL 531/2015 CD	Luiz Nishimori PR/PR	Determina o aproveitamento e a reutilização das águas pluviais por Órgãos Públicos.		29/06/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7903/2017.	Câmara dos Deputados



150	PL 3750/2012 CD	Zeca Dirceu PT/PR	Obriga a transmissão ao vivo, por meio da Internet, no Portal da Transparência, do áudio e vídeo das licitações públicas.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-5073/2009	Câmara dos Deputados
151	PL 5073/2009 CD	Senado Federal - Augusto Botelho PT/RR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subsequentes.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento	Câmara dos Deputados



					pela PL129295, apensado ao PL-1292/1995	
152	PL 4161/1993 CD	Luiz Carlos Haully PP/PR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências"	Constituição Federal de 1988.	23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-1292/1995	Câmara dos Deputados



153	PL 6954/2002 CD	Senado Federal - PEDRO SIMON PMDB/RS	Altera a competência funcional dos Juizados Especiais Cíveis regulada no art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e dá outras providências.	Dispõe que o Juizado Especial Cível tem competência funcional obrigatória para conciliação e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). "Reforma Processual Civil".	04/09/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-2772/2015.	Câmara dos Deputados
154	PL 8349/2017 CD	Senado Federal - Antonio Anastasia PSDB/MG	Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas do crime de pichação e conspurcação de monumento ou coisa tombada em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico.		14/09/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Designado Relator, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG)	Câmara dos Deputados
155	PL 4511/2012 CD	Wellington Fagundes PR/MT	Altera a Lei 10.257/01, regulamentando os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana, modificando ainda a Lei 6.766/73, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.		23/11/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-6497/2016.	Câmara dos Deputados



156	PL 2699/2003 CD	Dr. Rosinha PT/PR	Altera a Lei nº 6.766, de 1979, prevendo percentual mínimo de áreas verdes nos loteamentos.		06/01/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-4123/2015.	Câmara dos Deputados
157	PL 2750/2003 CD	Salvador Zimbaldi PTB/SP	Estabelece o uso eficiente das águas e dá outras providências.		06/05/2016: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-4946/2001	Câmara dos Deputados
158	PL 4946/2001 CD	Ronaldo Vasconcellos PL/MG	Dispõe sobre a concessão de condições especiais de crédito para empresas que investirem na recuperação de águas usadas em seu processo de produção.		06/05/2016: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-2457/2011	Câmara dos Deputados
159	PL 4529/2012 CD	Júlio Campos DEM/MT	Estabelece incentivos ao uso da energia solar, altera as Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.991, de 24 de julho de 2000; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e dá outras providências.		12/06/2015: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-3924/2012	Câmara dos Deputados



160	PL 3924/2012 CD	Pedro Uczai PT/SC	Estabelece incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, altera as Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 9.648, de 27 de maio de 1998; nº 9.991, de 24 de julho de 2000; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e dá outras providências.		05/08/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-5813/2016.	Câmara dos Deputados
161	PL 03524/2015 CD	Eros Biondini PTB/MG	Estabelece a obrigatoriedade de instalação de mictórios inteligentes em banheiros de uso coletivo.		11/10/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Paes Landim (PTB-PI)	Câmara dos Deputados
162	PL 07462/2017 CD	Carlos Henrique Gaguim PTN/TO	Dá nova redação aos arts. 54 e 55 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo novos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e para a elaboração de planos estaduais de resíduos sólidos e de planos		11/05/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/05/17 PÁG 117 COL 01.	Câmara dos Deputados



			municipais de gestão integrada de resíduos sólidos.			
163	PL 07622/2017 CD	Carlos Henrique Gaguim PTN/TO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tratar da responsabilidade civil por danos decorrentes de defeitos construtivos em imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.		25/05/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 26/05/2017.	Câmara dos Deputados
164	PL 07592/2017 CD	Paulo Abi- Ackel PSDB/MG	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para incluir a construção de hospitais e escolas dentre as atividades consideradas de interesse social para efeito de supressão de Área de Preservação Permanente.		25/10/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



165	PL 07646/2017 CD	Cesar Souza PSD/SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as áreas de preservação permanente em perímetro urbano e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas		04/07/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Afonso Florence (PT-BA)	Câmara dos Deputados
166	PL 09392/2017 CD	Cabo Sabino PR/CE	Altera os arts. 66, 67, 68, 69 e 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, aumentando as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.		07/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/02/2018.	Câmara dos Deputados
167	PL 09399/2017 CD	Vicentinho PT/SP	Torna obrigatória a inspeção periódica das medidas de segurança contra incêndio em edificação predial em geral e dá outras providências.		08/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 09/02/2018.	Câmara dos Deputados



168	PL 09401/2017 CD	Rubens Pereira Júnior PCdoB/MA	Altera o artigo 23 da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 para dispor sobre limites de valores que determinam a modalidade de licitação em convite, tomada de preços ou concorrência.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados
169	PL 09379/2017 CD	Valadares Filho PSB/SE	Dispõe sobre o procedimento para a incorporação de municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal de 1988.		08/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 09/02/2018.	Câmara dos Deputados



170	PL 04615/2016 CD	Dr. Jorge Silva PROS/ES	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar que a alocação de recursos federais para obras estaduais e municipais seja condicionada à existência de projeto básico.		12/09/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO).	Câmara dos Deputados
171	PL 07333/2002 CD	Pompeo de Mattos PDT/RS	Altera o art. 75 da Lei Federal nº 9. 504, de 30 de setembro de 1997, vedando a realização de atos de inauguração de obras públicas, nos três meses que antecedem às eleições.		23/05/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 9 CCJC, pelo Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).	Câmara dos Deputados
172	PL 06831/2010 CD	Paes de Lira PTC/SP	Altera os arts. 213, 217-A e 225 do Decreto-Lei nº 2.848 de de 7 de dezembro de 1940, dispõe sobre o crime de estupro e dá outras providências.	Fixa pena de reclusão para o crime de estupro em que ocorrer a prática de outro ato libidinoso.	10/11/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8989/2017.	Câmara dos Deputados
173	PL 07909/2010 CD	Moreira Mendes PPS/RO	Altera o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a obrigatoriedade da instalação de bicicletários junto aos logradouros públicos.	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.	27/09/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



174	PL 09071/2017 CD	Vitor Valim PMDB/CE	Cria o Conselho Federal dos Técnicos de Segurança do Trabalho e os Conselhos Regionais dos Técnicos de Segurança do Trabalho e dá outras providências.		23/11/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/11/2017.	Câmara dos Deputados
175	PL 06253/2013 CD	Wilson Filho PMDB/PB	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.		13/09/2016: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
176	PL 05511/2016 CD	José Mentor PT/SP	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	Torna obrigatória a participação de advogado na solução consensual de conflitos, tais como a conciliação e a mediação.	17/10/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso 17/10/2017 09:43:00. Foi apresentado um recurso. DCD de 18/10/17 PÁG 343 COL 01.	Câmara dos Deputados
177	PL 09177/2017 CD	Lucio Mosquini PMDB/RO	Dispõe sobre a inexigibilidade de licenciamento ambiental para os casos que especifica.		06/12/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados



178	PL 09240/2017 CD	Nilto Tatto PT/SP	Altera a Lei nº 11.977 de 2009 para tornar obrigatório o provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável na implantação de empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU.		21/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/12/2017.	Câmara dos Deputados
179	PL 09195/2017 CD	Gonzaga Patriota PSB/PE	Altera a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.		04/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 05/12/2017.	Câmara dos Deputados
180	PL 06529/2016 CD	Pedro Uczai PT/SC	Altera a Lei nº 12. 587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, para conferir nova atribuição aos Municípios.	Estabelece que é atribuição do Município garantir a iluminação adequada nos pontos de embarque e desembarque do transporte público.	30/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5010/2016	Câmara dos Deputados



181	PL 04888/2016 CD	Cabo Daciolo PTdoB/RJ	Altera o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que "organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional", para proibir a construção de monumentos estrangeiros no Brasil.		13/12/2017: CCULT - Comissão de Cultura Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCULT, pelo Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).	Câmara dos Deputados
182	PL 06139/2016 CD	Augusto Carvalho SD/DF	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º, inclui o inciso XIX no art. 2º e o § 5º, alíneas "a" a "g", no art. 40, todos da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para inserir a Sustentabilidade Urbana como um dos objetivos expressos do Estatuto das Cidades e atribuir-lhe um conceito.		28/09/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/09/16 PÁG 26 COL 01.	Câmara dos Deputados
183	PL 05658/2016 CD	Julio Lopes PP/RJ	Altera a Lei nº 11.977 de 2009 para tornar obrigatória a instalação prévia de medidores individuais de consumo de água nas unidades habitacionais implantadas pelo Programa.		15/12/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-1104/2015	Câmara dos Deputados



184	PL 05954/2016 CD	Givaldo Vieira PT/ES	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para dispor sobre contrapartidas a serem prestadas pelo beneficiário de outorga onerosa do direito de construir e de outorga onerosa pela alteração do uso do solo.		11/10/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Patrus Ananias (PT-MG).	Câmara dos Deputados
185	PL 02829/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Dispõe sobre a democratização, descentralização e transparência dos procedimentos decisórios em programas habitacionais de interesse social	Altera a Lei nº 11.124, de 2005.	31/01/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Marco Antônio Cabral (PMDB-RJ).	Câmara dos Deputados
186	PL 06860/2017 CD	Rômulo Gouveia PSD/PB	Dispõe sobre a acessibilidade a eventos realizados ao ar livre; altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.		16/10/2017: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CPD, pelo Deputado Deley (PTB-RJ).	Câmara dos Deputados
187	PL 06877/2017 CD	Jaime Martins PSD/MG	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para incluir a análise de risco de desastre no âmbito do licenciamento ambiental		03/03/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/03/17 PÁG 35 COL 01.	Câmara dos Deputados



188	PL 06876/2017 CD	Jaime Martins PSD/MG	Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas		07/03/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/03/17 PÁG 130 COL 01.	Câmara dos Deputados
189	PL 06988/2017 CD	Professor Victório Galli PSC/MT	Altera o § 3º do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), para Institui o seguro-garantia em todos os contratos de obras, fornecimentos e serviços públicos.		14/03/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
190	PL 06950/2017 CD	Leandre PV/PR	Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.		21/06/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Devolvido ao Relator, Dep. Julio Lopes (PP-RJ)	Câmara dos Deputados
191	PL 06977/2017 CD	Pr. Marco Feliciano PSC/SP	Modifica o artigo 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de pichação e aumentar o valor da multa prevista no § 1º do artigo 49-A do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.		13/09/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-6447/2016	Câmara dos Deputados



192	PL 07061/2017 CD	Damião Feliciano PDT/PB	Altera a lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para incluir o direito à mobilidade.		06/06/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
193	PL 07050/2017 CD	Professor Victório Galli PSC/MT	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.		02/05/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
194	PL 07114/2017 CD	Lúcio Vale PR/PA	Dispõe sobre o financiamento pela União das ações de capacitação e gestão em mobilidade urbana.	Altera as Leis nº 9.602, de 1998, 9.503, de 1997 e 12.587, de 2012.	17/11/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. Silvio Torres (PSDB-SP)	Câmara dos Deputados
195	PL 07230/2017 CD	Lúcio Vale PR/PA	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a contratação de projetos e serviços de consultoria.		29/08/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
196	PL 07270/2017 CD	Irajá Abreu PSD/TO	Disciplina a regularização fundiária em áreas urbanas e dá outras providências.	Altera as Leis nº 11.977, de 2009 e 12.651, de 2012.	20/04/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no	Câmara dos Deputados



					DCD de 21/04/17 PÁG 101 COL 01.	
197	PL 06869/2017 CD	Aliel Machado REDE/PR	Altera a Lei Federal nº 8.429 de 2 de junho 1992, para acrescentar, como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o abandono e/ou desuso a equipamento, obra, ou quaisquer bens públicos.		23/02/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/02/17 PÁG 13 COL 01.	Câmara dos Deputados
198	PL 08147/2017 CD	Jéssica Sales PMDB/AC	Torna obrigatório o Plano de Evacuação de Unidades Hospitalares em situação de risco.		24/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/08/2017.	Câmara dos Deputados
199	PL 04931/2013 CD	Ronaldo Fonseca PR/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de esgotos.	08/12/2016: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-5858/2013	Câmara dos Deputados



200	PL 00963/2015 CD	Tereza Cristina PSB/MS	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.		10/04/2015: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
201	PL 04697/2012 CD	Damião Feliciano PDT/PB	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.		08/11/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 7496/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 7.496/2017, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque os Projetos de Lei n. 8.693/2017 e 4.697/2012 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se".	Câmara dos Deputados



202	PL 01868/2015 CD	Felipe Bornier PSD/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha vida", e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	Trata da implantação de energia solar e reaproveitamento de água em unidades habitacionais.	26/06/2015: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS.	Câmara dos Deputados
203	PL 09813/2018 CD	Alessandro Molon PSB/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 2009, para permitir o uso de técnicas de bioconstrução nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.		20/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Projeto de Lei n. 9813/2018, pelo Deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), que: "Altera a Lei nº 11.977, de 2009, para permitir o uso de técnicas de bioconstrução nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV".	Câmara dos Deputados



204	PL 06619/2016 CD	Julio Lopes PP/RJ	Dá nova redação ao § 1º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a obrigatoriedade do sistema de modelagem da informação da construção, identificado pela sigla inglesa BIM - Building Information Model, na confecção de projetos executivos de obras e serviços de engenharia contratados pelos órgãos e entidades da administração pública, e dá outras providências.		31/01/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA).	Câmara dos Deputados
205	PL 05546/2013 CD	Paulo Feijó PR/RJ	Dispõe sobre a criação do Selo Cidade Sustentável.		24/08/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Designado Relator, Dep. Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Câmara dos Deputados
206	PL 09809/2018 CD	Walter Ihoshi PSD/SP	Isenta de custas e emolumentos registros, matrícula e averbações de imóveis tombados.	Altera dispositivo legal da Lei nº 10.169, de 2000.	20/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Projeto de Lei n. 9809/2018, pelo Deputado Walter Ihoshi (PSD-SP), que: "Isenta de custas e emolumentos registros, matrícula e averbações de imóveis tombados".	Câmara dos Deputados



207	PL 09817/2018 CD	Jorginho Mello PR/SC	Altera Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.	Reduz para cinco metros a faixa não edificável existente ao longo das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	20/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Projeto de Lei n. 9817/2018, pelo Deputado Jorginho Mello (PR-SC), que: "Altera Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências".	Câmara dos Deputados
208	PL 09854/2018 CD	Josi Nunes PMDB/TO	Acrescenta art. 1º-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estender a aplicação da referida lei a eleições realizadas por entidades de fiscalização do exercício profissional, e dá outras providências.		21/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Projeto de Lei n. 9854/2018, pela Deputada Josi Nunes (PMDB-TO), que: "Acrescenta art. 1º-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estender a aplicação da referida lei a eleições realizadas por entidades de fiscalização do exercício profissional, e dá outras providências".	Câmara dos Deputados



209	PL 00866/2011 CD	Onofre Santo Agostini DEM/SC	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e da outras providências.	22/04/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Defiro o Requerimento n. 1.321/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, e revejo o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 866/2011 para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Por versar a referida proposição matéria de competência de mais de três Comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial. Publique-se. Oficie-se.[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 866/2011: às CDEIC, CME, CDU, CMADS e CCJC (art. 54 do RICD) - Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Urgência do art. 155 do RICD.]	Câmara dos Deputados
-----	------------------------	------------------------------------	---	---	----------------------



210	PL 07504/2017 CD	Iracema Portella PP/PI	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas para bicicletas em estacionamentos.		31/08/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Recebimento pela CDU, apensado ao PL-5743/2016	Câmara dos Deputados
211	PL 04749/2009 CD	Celso Russomanno PP/SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	01/02/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Rodrigo Pacheco (PMDB-MG)	Câmara dos Deputados
212	PL 06699/2002 CD	José Carlos Coutinho PFL/RJ	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	21/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados
213	PL 03699/2004 CD	Arnaldo Faria de Sá PTB/SP	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.		09/02/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-176/2015.	Câmara dos Deputados



214	PL 01365/2011 CD	Vieira da Cunha PDT/RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.		27/01/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)	Câmara dos Deputados
215	PL 01703/2011 CD	Jorge Tadeu Mudalen DEM/SP	Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências.		24/03/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido sem manifestação pelo Relator não-membro.	Câmara dos Deputados
216	PL 00816/2011 CD	Rubens Bueno PPS/PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		01/02/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Marcos Rogério (DEM-RO)	Câmara dos Deputados
217	PL 01004/2011 CD	Efraim Filho DEM/PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		08/07/2016: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Designado	Câmara dos Deputados



					Relator, Dep. Beбето (PSB-BA)	
218	PL 03729/2004 CD	Luciano Zica PT/SP	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.	13/03/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação (republicação em avulso letra B para inclusão de apensados - 20).	Câmara dos Deputados
219	PL 07818/2014 CD	Geraldo Resende PMDB/MS	Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.		29/11/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CMADS, pelo Deputado Leonardo Monteiro (PT-MG).	Câmara dos Deputados



220	PL 02776/2015 CD	Victor Mendes PV/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação sistemas de aproveitamento de águas pluviais e de reuso de águas residuais e ainda a obrigatoriedade de instalação de painéis para captação de energia solar em todas as novas edificações executadas com recursos da União.		13/10/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-6227/2016.	Câmara dos Deputados
221	PL 02775/2011 CD	Penna PV/SP	Dispõe que as empresas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais possuam responsável técnico em meio ambiente em seu quadro de funcionários ou consultoria técnica equivalente.		16/12/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Publicado em avulso e no DCD de 17/12/16 PÁG 79 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados
222	PL 05739/2016 CD	Victor Mendes PSD/MA	Acrescenta os artigos 13, III, 20, "c", parágrafo único ao art. 28 e parágrafo único ao art. 60 à Lei 12.305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2 de agosto de 2010, para		11/05/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Devolvido ao Relator, Dep. Stefano Aguiar (PSD-MG), para alterar parecer.	Câmara dos Deputados



			incluir os resíduos extraordinários.			
223	PL 07963/2017 CD	Marcelo Álvaro Antônio PR/MG	Altera o a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	Estabelece que os municípios podem alterar a destinação de áreas urbanas de acordo com o interesse público.	01/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 02/08/2017.	Câmara dos Deputados
224	PL 06893/2017 CD	Zenaide Maia PR/RN	Dispõe sobre mecanismos jurídicos para reparação de danos decorrentes de falta de solidez e segurança de edificações.		20/09/2017: CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
225	PL 08183/2017 CD	João Daniel PT/SE	Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do	Trata de licitação nas empresas estatais.	13/09/2017: CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não	Câmara dos Deputados



			Distrito Federal e dos Municípios.		foram apresentadas emendas.	
226	PL 08265/2017 CD	Luzia Ferreira PPS/MG	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para conferir preferência a projetos culturais populares e locais para doações ou patrocínios de empresas públicas e sociedades de economia mista e para permitir isenção fiscal a doações ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e dá outras providências.		11/09/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/09/2017.	Câmara dos Deputados
227	PL 08277/2017 CD	Cajar Nardes PR/RS	Dispõe sobre o reúso de água para fins não potáveis em novas edificações públicas federais e privadas residenciais, comerciais e industriais, e dá outras providências.	Altera as Leis nºs: 9.433, de 1997; 10.257, de 2001 e 11.445, de 2007.	29/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 30/08/2017.	Câmara dos Deputados
228	PL 09610/2018 CD	João Paulo Papa PSDB/SP	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da MetrÓpole.		05/03/2018: CVT - Comissão de Viação e Transportes Recebimento pela CVT.	Câmara dos Deputados



229	PL 09652/2018 CD	Heuler Cruvinel PSD/GO	Dispõem sobre fixação de número máximo de reeleição de dirigente de instituições colegiadas, associações, condomínios, sindicatos, federações, confederação, conselhos profissionais, conselhos fiscal público e privado, conselhos administrativo públicos e privados e correlatos ou similares de natureza privada e pública na esfera municipal, estadual, distrital e federal. Limitando a dois mandatos consecutivos no mesmo órgão colegiado e da outras providencias.		12/03/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
230	PL 09663/2018 CD	Pedro Cunha Lima PSDB/PB	Altera a Lei nº 9.659, de 27 de maio de 1998, para determinar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas mantenham listagem dos profissionais credenciados, contendo as informações que especifica.		07/03/2018: CDC - Comissão de Defesa do Consumidor Recebimento pela CDC.	Câmara dos Deputados



231	PL 09638/2018 CD	Vanderlei Macris PSDB/SP	Dispõe sobre a instalação de barras de apoio de mão nos boxes para banho destinados à utilização de hóspedes de empreendimentos ou estabelecimentos que prestem serviços de alojamento temporário, e dá outras providências		07/03/2018: CTUR - Comissão de Turismo Recebimento pela CTUR.	Câmara dos Deputados
232	PL 09735/2018 CD	Julio Lopes PP/RJ	Dispõe sobre a exigência de licença ambiental prévia para a licitação de obras públicas.	Altera a Lei nº 8.666, de 1993.	19/03/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
233	PL 09746/2018 CD	Julio Lopes PP/RJ	Dispõe sobre a padronização e certificação de procedimentos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.		22/03/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/03/2018.	Câmara dos Deputados



234	PL 09788/2018 CD	Mário Heringer PDT/MG	Altera o art. 37 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para incluir no Estudo de Impacto de Vizinhança, EIV, análise de demanda por estacionamento de veículos automotores e segurança pública.		14/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Projeto de Lei n. 9788/2018, pelo Deputado Mário Heringer (PDT-MG), que: "Altera o art. 37 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que 'Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências', para incluir no Estudo de Impacto de Vizinhança, EIV, análise de demanda por estacionamento de veículos automotores e segurança pública".	Câmara dos Deputados
-----	------------------------	--------------------------	---	--	--	----------------------



235	PL 09790/2018 CD	Mário Heringer PDT/MG	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", a fim de estabelecer preferência no desempate em processo licitatório para empresa que comprove mitigação à mudança do clima, e dá outras providências.		14/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Projeto de Lei n. 9790/2018, pelo Deputado Mário Heringer (PDT-MG), que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que 'Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências', a fim de estabelecer preferência no desempate em processo licitatório para empresa que comprove mitigação à mudança do clima, e dá outras providências".	Câmara dos Deputados
236	PL 02897/2008 CD	Miguel Martini PHS/MG	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências" (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana.		20/09/2013: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado o Ofício SF nº 2.118, de 20/09/2013, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art.	Câmara dos Deputados



					65 da Constituição Federal. (fls. 49 a 51).	
237	PL 04095/2012 CD	Bohn Gass PT/RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.		24/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 25/11/16, PÁG 615 COL 01, Letra C.	Câmara dos Deputados
238	PL 05015/2013 CD	Félix Mendonça Júnior PDT/BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.		13/06/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Marcos Rogério (DEM-RO).	Câmara dos Deputados



239	PL 01650/2015 CD	Fabio Garcia PSB/MT	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.		11/10/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP, apensado ao PL-7063/2017	Câmara dos Deputados
240	PL 02313/2015 CD	Carlos Manato SD/ES	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.		12/07/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
241	PL 08705/2017 CD	Wilson Filho - PTB/PB	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a profissão de Tecnólogo de Segurança do Trabalho.		17/10/2017: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/10/17 PÁG 228 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
242	PL 08724/2017 CD	Marco Antônio Cabral PMDB/RJ	Institui o Fundo Soberano Brasileiro para regulamentar a destinação dos recursos obtidos por meio da aplicação do Programa Nacional de Desestatização, institui aplicações específicas para tais recursos e dá outras providências.		16/10/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/10/2017.	Câmara dos Deputados



243	PL 03057/2000 CD	Bispo Wanderval PL/SP	Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como § 1º o atual parágrafo único.	Estabelece que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão.	21/11/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Em razão da apensação do PL 8999/2017 ao PL 7013/2010, a matéria passará a tramitar sob o regime de Prioridade. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Câmara dos Deputados
244	PL 05871/2016 CD	Antonio Carlos Mendes Thame PV/SP	Revoga os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para extinguir o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-1758/2015	Câmara dos Deputados



245	PL 03788/2015 CD	Carlos Henrique Gaguim PMB/TO	Proíbe a inauguração de obra pública que não disponha de termo de recebimento definitivo, e dá outras providências.		09/12/2015: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/12/15 PÁG 190 COL 01.	Câmara dos Deputados
246	PL 03778/2015 CD	Felipe Bornier PSD/RJ	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).".	Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família contemplando obrigatoriamente a redução das taxas de financiamentos.	15/09/2016: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Devolvido ao Relator, Dep. Carlos Marun (PMDB-MS)	Câmara dos Deputados



247	PL 00359/2011 CD	Julio Lopes PP/RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-Sinmetro.		13/12/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Não deliberado face o início da Ordem do Dia do Plenário do Congresso Nacional.	Câmara dos Deputados
248	PL 03610/2015 CD	Vitor Valim PMDB/CE	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, estendendo o tempo em que as placas com os nomes dos responsáveis técnicos pelas obras devem ficar nos recintos.		26/12/2016: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados



249	PL 03568/2015 CD	Lincoln Portela PR/MG	Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.		14/06/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 15/06/2017 pág 203, Letra A.	Câmara dos Deputados
250	PL 04405/2012 CD	Leonardo Quintão PMDB/MG	Altera a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Estabelece que a modalidade convite poderá ser utilizada na contratação de serviços técnicos profissionais especializados.	11/02/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-277/2015.	Câmara dos Deputados



251	PL 06207/2013 CD	Walter Feldman PSDB/SP	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas.		26/06/2017: CVT - Comissão de Viação e Transportes Devolvido ao Relator, Dep. Julio Lopes (PP-RJ), para reexame de parecer após dados colhidos na Audiência Pública realizada em 20.06.2017.	Câmara dos Deputados
252	PL 01794/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.		01/02/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. André Amaral (PMDB-PB)	Câmara dos Deputados



253	PL 06518/2016 CD	Antonio Bulhões PRB/SP	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre barreiras arquitetônicas em templos religiosos.		05/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 06/12/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
254	PL 06403/2016 CD	Marco Maia PT/RS	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.	Altera as Leis nº 6.015 de 1973; 11.952, de 2009; 11.483, de 2007; 6.766, de 1979; nº 10.931, de 2004; e 12.024 de 2009.	11/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/11/16 PÁG 34 COL 01.	Câmara dos Deputados
255	PL 06151/2016 CD	Flávia Morais PDT/GO	Acrescenta dispositivos às leis nº 10.520/02 e 8.666/1993.	Proíbe a contratação de obras e serviços de engenharia pela modalidade de pregão.	28/09/2016: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
256	PL 03162/2015 CD	Cristiane Brasil PTB/RJ	Altera a Lei nº. 11.977, de 7 de Julho de 2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		08/11/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL- 6403/2016.	Câmara dos Deputados



257	PL 06830/2013 CD	Valdir Colatto PMDB/SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.		28/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).	Câmara dos Deputados
258	PL 04302/2012 CD	Laercio Oliveira PR/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	06/09/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Benjamin Maranhão (SD-PB).	Câmara dos Deputados
259	PL 02457/2011 CD	Senado Federal - Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.		04/10/2011: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remessa Ofício SF nº 1771 de 04/10/11, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 29 a 30).	Câmara dos Deputados



260	PL 03408/2015 CD	Senado Federal - Pedro Taques PDT/MT	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.		26/10/2015: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado Ofício SF nº 1562, de 26/10/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 29 a 30).	Câmara dos Deputados
261	PL 03636/2015 CD	Senado Federal - Ricardo Ferraço PMDB/ES	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para permitir que o Ministério Público e a Advocacia Pública celebrem acordo de leniência, de forma isolada ou em conjunto, no âmbito da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.	Revogam-se o § 1º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992, e o inciso I do § 1º do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.	16/11/2015: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.756, de 16/11/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 65 a 69).	Câmara dos Deputados



262	PL 02245/2007 CD	Reginaldo Lopes PT/MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		02/10/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 6979/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 6.979/2017, uma vez que o Projeto de Lei n. 2.245/2007 tramita sujeito à deliberação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, do RICD. Publique-se".	Câmara dos Deputados
263	PL 06179/2009 CD	Bonifácio de Andrada - PSDB/MG	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	11/10/2017: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-8705/2017. Inteiro teor	Câmara dos Deputados



264	PL 04923/2013 CD	Nilda Gondim PMDB/PB	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.		05/09/2017: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7178/2017, pelo Deputado Alexandre Leite (DEM-SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4.923 de 2013, que 'dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento'".	Câmara dos Deputados
265	PL 02546/2015 CD	Vinicius Carvalho PRB/SP	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional.		04/09/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso 04/09/2017 20:27:00. Foi apresentado um recurso.	Câmara dos Deputados



266	PL 06694/2013 CD	Arnaldo Faria de Sá PTB/SP	Institui Cadastro de Peritos nos Órgãos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas.		22/05/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 23/05/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
267	PL 05713/2013 CD	Sergio Zveiter PSD/RJ	Institui o Programa Empresa Consciente, com a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.	Para projetos ecológicos, projetos de arquitetura e urbanismo ecológicos, redução da poluição ambiental e valorização do trabalhador.	04/05/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Designado Relator, Dep. Marcelo Aguiar (DEM-SP)	Câmara dos Deputados
268	PL 05851/2013 CD	Onofre Santo Agostini PSD/SC	Dispõe sobre edificações nas margens das faixas de domínio das rodovias federais.		23/02/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC, com as proposições PL- 7695/2014, PL-3085/2015 apensadas.	Câmara dos Deputados
269	PL 02117/2011 CD	Penna PV/SP	Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.		18/04/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Designado Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP)	Câmara dos Deputados



270	PL 08085/2014 CD	Ana Amélia PP/RS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas.	Altera a Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas; dispõe que o CONTRAN fixará a carga horária mínima a ser exigida para a prática de direção em vias públicas durante o processo de aprendizagem.	08/09/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8361/2017.	Câmara dos Deputados
271	PL 00791/2011 CD	Jovair Arantes PTB/GO	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		19/04/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Designado Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP)	Câmara dos Deputados
272	PL 00600/2011 CD	Augusto Coutinho DEM/PE	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.		29/08/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvido, a pedido, ao Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR) para reexame.	Câmara dos Deputados



273	PL 02043/2011 CD	Ricardo Izar PV/SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		20/12/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida à Relatora, Dep. Soraya Santos (PMDB-RJ), a pedido.	Câmara dos Deputados
274	PL 02664/2011 CD	Arnaldo Jardim PPS/SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.		05/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 06/12/17 PÁG 630 COL 01, Letra C.	Câmara dos Deputados
275	PL 05733/2009 CD	Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		19/04/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Uldurico Junior (PV-BA)	Câmara dos Deputados



276	PL 02579/1992 CD	VASCO FURLAN PDS/SC	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.		12/02/2007: SF-SARQ - Secretaria de Arquivo Ação: Processo arquivado	Câmara dos Deputados
277	PL 05680/2013 CD	Glauber Braga PSB/RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		10/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
278	PL 03046/2015 CD	Senado Federal - Paulo Paim PT/RS	Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a obrigatoriedade de a administração pública divulgar os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus dirigentes.		21/09/2015: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.347, de 21/09/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 21 e 22).	Câmara dos Deputados



279	PL 05068/2016 CD	Cristovam Buarque PPS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.		05/09/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Rubens Bueno (PPS-PR).	Câmara dos Deputados
280	PL 06709/2009 CD	Rosalba Ciarlini DEM/RN	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.		22/08/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados



281	PL 06462/2009 CD	Renato Casagrande PSB/ES	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.		08/12/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA).	Câmara dos Deputados
-----	------------------------	--------------------------------	--	--	---	----------------------



282	PL 03252/2012 CD	Ana Rita PT/ES	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.	Altera a Lei nº 6.766/1979 que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências" para dispor que o plano diretor definirá as áreas mínimas e máximas de lotes, os coeficientes máximos de aproveitamento e os percentuais máximos de impermeabilização do solo e do excedente percentual máximo de chuvas que poderá ser carregado para a rede pública; altera a Lei nº 11.445/2007 para dispor que o titular dos serviços públicos de saneamento básico disciplinará a implantação obrigatória de sistemas de captação e retenção de águas pluviais em cada lote urbano, para reduzir sua velocidade de escoamento para as bacias hidrográficas urbanas, controlar a ocorrência de inundação e contribuir para a redução do consumo da água potável tratada, e, em	13/06/2012: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-6462/2009	Câmara dos Deputados
-----	------------------------	-------------------	--	---	--	----------------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				caso de inércia do titular, os sistemas d		
--	--	--	--	--	--	--



283	PL 06905/2017 CD	Wilder Morais PP/GO	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.	Altera o Decreto-Lei nº 3365/41 – que Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública – para estabelecer que a desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra ou destinada a reparcelamento do solo; define reparcelamento do solo; estabelece que os lotes resultantes de reparcelamento do solo e as unidades imobiliárias sobre eles eventualmente edificadas poderão ser incorporados ao patrimônio público na condição de bens dominicais ou alienados a terceiros; determina que na hipótese de reparcelamento do solo integrado a obra pública, a declaração de utilidade pública deverá delimitar as áreas indispensáveis à realização da obra e as que se destinam ao reparcelamento; condiciona a declaração	19/04/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
-----	------------------------	------------------------	---	---	---	----------------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				de utilidade pública para reparcelamento do solo à prévia aprovação		
--	--	--	--	---	--	--



284	PL 08322/2014 CD	Senado Federal - Ataídes Oliveira PSDB/TO	Isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.		19/12/2014: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remessa Ofício SF nº 1661 de 19/12/14, ao Senhor Primeiro- Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 65 a 66).	Câmara dos Deputados
------------	------------------------	---	--	--	--	-------------------------



285	PL 06014/2013 CD	Marcelo Crivella PRB/RJ	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	Cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações (exceto edificação de barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica), destinada a verificar as condições de estabilidade, segurança construtiva e manutenção; estabelece que o objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializada, utilizando-se de Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE) para emitir parecer acerca das condições técnicas, de uso e de manutenção, com avaliação do grau de risco à segurança dos usuários; dispõe que após a emissão do laudo pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções cabe ao proprietário ou responsável pela administração da edificação providenciar as	05/04/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados
-----	------------------------	-------------------------------	---	--	--	----------------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				ações corretivas, sob pena de multa diária; dispõ		
--	--	--	--	---	--	--



286	PL 07448/2017 CD	Senado Federal - Antonio Anastasia PSDB/MG	Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.		19/04/2017: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remetido Ofício SF nº 304, de 19/04/17, ao Senhor Primeiro- Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 91 a 95).	Câmara dos Deputados
287	PL 01227/2015 CD	Iracema Portella PP/PI	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a acessibilidade ao sistema escolar das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.		30/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 31/08/2017, Letra B.	Câmara dos Deputados



288	PL 03147/2015 CD	Sóstenes Cavalcante PSD/RJ	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que as praias urbanas deverão dispor de acessos adaptados para permitir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.		28/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 29/11/16, PÁG 119 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados
289	PL 01944/2015 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.		13/12/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).	Câmara dos Deputados
290	PL 05139/2009 CD	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.	Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. Oriundo do Anteprojeto do Código	12/05/2010: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado 1 recurso.	Câmara dos Deputados



				Brasileiro de Processo Coletivo. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.		
291	PL 04328/2016 CD	Laura Carneiro PMDB/RJ	Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade.		24/05/2017: CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
292	PL 04990/2016 CD	Luizianne Lins PT/CE	Determina a divulgação, na forma que especifica, do tempo estimado de vida útil de prédios e demais edificações públicas, e dá outras providências.		05/12/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



293	PL 03772/2015 CD	Giuseppe Vecci PSDB/GO	Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações.	Altera as Leis nº 10.406, de 2002; 8.934, de 1994; 5. 194, de 1966; 8.666, de 1993; 8.248, de 1991. Revoga dispositivos das Leis nº 11.578, de 2007; 9.478, de 1997; e 12. 351, de 2010.	13/06/2017: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Constituição de Comissão Especial de Projeto n. 6708/2017, pelo Deputado Giuseppe Vecci (PSDB- GO), que: "Solicita a instalação da comissão especial destinada a dar parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.772, de 2015, que 'Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações'".	Câmara dos Deputados
294	PL 02629/2011 CD	Fábio Faria PSD/RN	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		19/05/2015: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB).	Câmara dos Deputados



295	PL 00696/2003 CD	Zezéu Ribeiro PT	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.		11/12/2015: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 3750/2015, pelo Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que: "Requerimento de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº. 696, de 2003, que "dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura, e dá outras providências".	Câmara dos Deputados
296	PL 05772/2016 CD	Vinicius Gurgel PR/AP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, de modo a reajustar os limites adotados para as modalidades de licitação.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados



297	PL 06441/2016 CD	Vanderlei Macris PSDB/SP	Altera a Lei 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública.	Exige a apresentação de projeto executivo antes da licitação.	17/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/11/16 PÁG 134 COL 01.	Câmara dos Deputados
298	PL 01242/2015 CD	Deley PTB/RJ	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.		20/12/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 7.874/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido contido no Requerimento n. 7.874/2017, nos termos do artigo 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, haja vista que os Projetos de Lei n. 1.242/2015 e n. 6.814/2017, embora tratem de licitações e contratos na Administração Pública, não abordam os mesmos aspectos da Lei n. 8.666/1993 e, sob essa ótica, não veiculam matéria correlata. Publique-se. Oficie-se".	Câmara dos Deputados



299	PL 06140/2016 CD	Augusto Carvalho SD/DF	Altera o art. 13 da Lei 8.666, de 30 de junho de 1993, de para incluir no rol de serviços técnicos especializados aqueles relativos à gestão ambiental, direito ambiental e sustentabilidade.		01/11/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
300	PL 05909/2016 CD	Fábio Mitidieri PSD/SE	Estabelece medidas adicionais para a licitação de obras públicas decorrentes da execução de emendas parlamentares.	Altera a Lei nº 8.666 de 1993.	22/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 23/12/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
301	PL 06058/2016 CD	Iracema Portella PP/PI	Altera a Lei nº 11.977, de 2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), para dispor sobre a implantação de calçadas ecológicas.		05/10/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 06/10/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados



302	PL 01213/2015 CD	João Fernando Coutinho PSB/PE	Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer a obrigatoriedade do Projeto Executivo antes do início de obras públicas .		14/11/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL- 6441/2016.	Câmara dos Deputados
303	PL 03876/2015 CD	Edmilson Rodrigues PSOL/PA	Estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos municípios e dá outras providencias.		02/10/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Julio Lopes (PP-RJ)	Câmara dos Deputados
304	PL 04060/2015 CD	Sarney Filho PV/MA	Dispõe sobre coleta, escoamento e aproveitamento da água proveniente do processo de condensação de aparelhos de ar condicionado, e dá outras providências.		20/09/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Roberto de Lucena (PV-SP).	Câmara dos Deputados
305	PL 09818/2018 CD	Ricardo Izar PP/SP	Revoga os parágrafos 1º e 2º do Art. 3º da Lei 12.378 de 31 de dezembro julho de 2010.	Revoga prerrogativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de definir área de atuação privativa dos arquitetos e urbanistas e áreas de atuação compartilhada.	20/03/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Projeto de Lei n. 9818/2018, pelo Deputado Ricardo Izar (PP-SP), que: "Revoga os parágrafos 1º e 2º do Art. 3º da Lei 12.378 de 31 de dezembro julho de 2010".	Câmara dos Deputados



306	PL 06808/2017 CD	Antonio Carlos Mendes Thame PV/SP	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências.		25/09/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvido ao Relator, Dep. Roberto de Lucena (PV-SP), para reexame de seu parecer; inconsistência de parecer.	Câmara dos Deputados
307	PL 05420/2013 CD	Ana Amélia PP/RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	Altera a Lei nº 10.257/2001 que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	27/03/2017: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvido ao Relator, Dep. Benito Gama (PTB-BA), para atualizar a legislação orçamentária.	Câmara dos Deputados



308	PL 03228/2008 CD	Antonio Carlos Valadares PSB/SE	Altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.		17/05/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 6.307/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido contido no Requerimento n. 6.307/2017, porque a matéria versada no Projeto de Lei n. 3.228/2008 não se enquadra no campo temático da Comissão de Viação e Transporte, delimitado no inciso XX do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.".	Câmara dos Deputados
-----	------------------------	---------------------------------------	---	--	---	----------------------



309	PL 08331/2015 CD	Senado Federal - Aloysio Nunes Ferreira PSDB/SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre acessibilidade nos passeios públicos.		09/01/2015: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.677, de 31/12/2014, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 42 a 44).	Câmara dos Deputados
310	PL 09474/2018 CD	Chico D'Angelo PT/RJ	Estabelece as diretrizes para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais.		20/02/2018: CCULT - Comissão de Cultura Recebimento pela CCULT.	Congresso Nacional
311	PL 05010/2016 CD	Lúcio Vale PR/PA	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana		01/02/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Daniel Vilela (PMDB-GO)	Câmara dos Deputados



312	PL 05011/2016 CD	Lúcio Vale PR/PA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos Estudos de Impacto de Vizinhaça.		14/06/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 15/06/16 PÁG 625 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
313	PL 05638/2016 CD	Carlos Bezerra PMDB/MT	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, como condição à aplicação da Transferência do Direito de Construir, a necessidade de que o imóvel urbano esteja em situação regular perante as normas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.		31/10/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 01/11/16, PÁG 234 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados
314	PL 06117/2009 CD	Carlos Bezerra PMDB/MT	Estabelece que a obra intelectual produzida em cumprimento a dever funcional, contrato de trabalho ou de prestação de serviços pertencerá a ambas as partes.	Altera a Lei nº 9.610, de 1998.	13/12/2017: CCULT - Comissão de Cultura Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 138/2017, pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater o	Câmara dos Deputados



					Projeto de Lei nº 6117/2009".	
315	PL 04029/2008 CD	Carlos Bezerra PMDB	Revoga o inciso VII do art. 106 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro.	Permite que o profissional liberal estrangeiro legalmente constituído no Brasil possa participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	20/12/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 197/16/PS-GSE.	Senado Federal



316	PL 05179/2016 CD	Poder Executivo	Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e Agrícolas.	Revoga dispositivo da Lei nº 5.194, de 1996.	05/12/2017: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO Ação: Na 34ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência concede Vista ao Projeto, solicitada pelos Senadores Waldemir Moka, Paulo Rocha, José Medeiros, Valdir Raupp e Senadora Ana Amélia, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal.	Senado Federal
317	PL 00985/2015 CD	Domingos Neto PSD	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	06/05/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 148/15/PS-GSE.	Senado Federal
318	PL 06814/2017 CD	Senado Federal - Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da		09/02/2017: SF-COARQ - Coordenação de Arquivo Ação: Recebido e arquivado.	Senado Federal



			Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.			
319	PL 02123/2015 CD	Rômulo Gouveia PSD	Inclui § 4º ao art. 40 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para proibir a cobrança de taxa de visita técnica ou de qualquer despesa do consumidor com a finalidade de elaboração de orçamento.	Determina que s despesas, de qualquer natureza, decorrentes de visitas e deslocamentos de técnicos ou demais prepostos do fornecedor e destinadas à elaboração do orçamento prévio serão suportadas exclusivamente pelo fornecedor	20/12/2016: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 192/16/PS-GSE.	Senado Federal
320	PL 09617/2018 CD	Senado Federal - João Capiberibe PSB/AP	Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular		21/02/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Remetido Ofício SF nº 167, de 21/02/2018, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 45 a 49).	Senado Federal



321	PL 02725/2011 CD	Romero Rodrigues PSDB	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	Altera a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para facultar ao Poder Público permitir, mediante concessão aos titulares das unidades, o controle de acesso e a gestão sobre as áreas e equipamentos públicos nos loteamentos.	18/11/2014: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 288/14/PS-GSE.	Senado Federal
322	PL 07093/2014 CD	Irajá Abreu PSD	Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Altera a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973) para dispensar o alvará de construção expedido pela Prefeitura Municipal na averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de cinco anos, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.	13/10/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 609/15/PS-GSE.	Senado Federal



323	PL 03370/2012 CD	Augusto Coutinho SD	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial e determina a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas nas edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional, bem como as regras de manutenção preventiva e corretiva de danos aos consumidores adquirentes e usuários de imóveis; define os objetivos da Política Nacional de Manutenção Predial; Dispõe sobre as Diretrizes da Política Nacional de Manutenção Predial; dispõe sobre os direitos do titular da edificação e dos possuidores de edificações privadas; estabelece os deveres dos responsáveis por edificação pública; define as obrigações dos construtores; dispõe sobre	08/04/2014: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desapensação do PL 3.376/12 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD.	Senado Federal
-----	------------------------	------------------------	--	--	--	----------------



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

				a Política Nacional de Manutenção Predi		
--	--	--	--	--	--	--



324	PL 04330/2004 CD	Sandro Mabel PL/GO	Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. NOVA EMENTA: Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.		13/07/2017: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O presidente da Comissão, senador Tasso Jereissati, designa o senador Ricardo Ferraço relator da matéria. Tramitam em conjunto o PLC 30/2015, PLC 195/2015, PLS 87/2010, PLS 447/2011 e PLS 339/2016.	Senado Federal
325	PL 01562/2011 CD	Félix Mendonça Júnior PDT/BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas.		09/09/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de Requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador José Pimentel. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Senado Federal em	Senado Federal



326	PL 07607/2010 CD	José Chaves PTB	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	15/04/2013: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 101/13/PS-GSE.	Senado Federal
327	PL 01292/1995 CD	Senado Federal - Lauro Campos PT/DF	Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.	12/02/2007: SF-SARQ - Secretaria de Arquivo Ação: ARQUIVADO	Senado Federal
328	PL 03443/2012 CD	Pedro Uczai PT/SC	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.	Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta dias).	10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO	Senado Federal



					RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	
329	PL 06773/2006 CD	Antonio Carlos Mendes Thame PSDB/SP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para vedar pagamentos antecipados.		26/04/2017: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
330	PL 00138/2011 CD	Weliton Prado PROS	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Estabelece normas de segurança e de manutenção em brinquedos playgrounds localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, e determina sanções para o descumprimento de suas determinações, na forma que especifica. Estabelece que a Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial.	13/10/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 604/15/PS-GSE.	Senado Federal



331	PL 00840/2011 CD	Chico Alencar PSOL/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.		08/09/2016: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; e 58/2016, com os PLCS nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF.	Senado Federal
-----	------------------------	--------------------------	---	--	--	----------------



332	PL 04566/2008 CD	Comissão de Legislação Participativa	Altera dispositivos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências". NOVA EMENTA: Dispõe sobre a remuneração das con-tas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; estabe-lece regime de transição para o au-mento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.		24/08/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
333	PL 04947/2013 CD	Onofre Santo Agostini PSD/SC	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades), para vedar o direito de Outorga Onerosa do Direito de Construir às casas noturnas, boates, de espetáculos ou afins.		10/03/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal



334	PLP 00137/2015 CD	Senado Federal - Flexa Ribeiro PSDB/PA	Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e dá outras providências.		04/08/2015: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Anexado Ofício SF nº 961, de 04/08/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 53 a 62).	Câmara dos Deputados
335	PLP 00399/2008 CD	Geraldo Resende PMDB/MS	Acrescente-se o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.	Inclui como beneficiárias do Simples Nacional as empresas de prestação de serviços de arquitetura e agronomia.	25/10/2017: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7510/2017, pelo Deputado Mário Heringer (PDT-MG), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do PLP 399, de 2008, que 'Acrescente-se o inciso XXIX ao 1º do art. 17 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte', e seus apensados".	Câmara dos Deputados



336	PLP 00482/2018 CD	André Amaral PROS/PB	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer regra para a execução de transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios para a realização de obras públicas e projetos de engenharia		22/03/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/03/2018.	Câmara dos Deputados
337	PLP 00401/2017 CD	Miguel Haddad PSDB/SP	Disciplina os processos de incorporação e fusão de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal; vincula o recebimento de transferências voluntárias da União para os Municípios com população inferior a cinco mil habitantes ao início do processo de fusão ou incorporação, e dá outras providências.		18/12/2017: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Designado Relator, Dep. João Paulo Papa (PSDB-SP)	Câmara dos Deputados
338	PLP 00453/2017 CD	Gonzaga Patriota PSB/PE	Altera a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.		05/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/02/2018.	Câmara dos Deputados



339	PLP 00464/2017 CD	Valadares Filho PSB/SE	Dispõe sobre o procedimento para a incorporação de municípios, nos termos do § 4º do art.18 da Constituição Federal de 1988.		22/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/02/2018.	Câmara dos Deputados
340	PLP 00014/2015 CD	Odelmo Leão PP/MG	Dispõe sobre a cooperação entre os entes federados tendo em vista assegurar a elaboração e a implementação dos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos, altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá outras providências.		13/12/2017: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Vista à Deputada Jô Moraes.	Câmara dos Deputados
341	PLP 00327/2016 CD	Helder Salomão PT/ES	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de modificar as faixas de receita brutas de empresas optantes do Simples Nacional e dá outras providências.		02/06/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, publicado no DCD de	Câmara dos Deputados



					03/06/17 PÁG 98 COL 01, Letra A.	
342	PLP 00384/2017 CD	Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.	Concede condições especiais de pagamento de tributos à micro e pequena empresa constituída por pessoas com idade entre dezoito e vinte e cinco anos.	06/09/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, publicado no DCD de 07/09/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados